



MULHERES NEGRAS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ESCREVIVÊNCIAS QUE TRANSBORDARAM PELO ATLÂNTICO

ENAP

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

MINISTÉRIO DA
IGUALDADE
RACIAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



MULHERES NEGRAS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ESCREVIVÊNCIAS QUE TRANSBORDARAM PELO ATLÂNTICO

BRASÍLIA
JULHO DE 2024

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

Geraldo Alckmin

Ministra de Estado da Igualdade Racial

Anielle Francisco da Silva

Secretária Nacional de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo

Marcia Regina de Lima Silva

Diretora de Políticas de Ações Afirmativas

Layla Daniele Pedreira de Carvalho

Presidenta da Escola Nacional de Administração Pública

Betânia Peixoto Lemos

Diretora de Educação Executiva

Iara Cristina da Silva Alves

Coordenadora-Geral de Capacitação de Altas Lideranças

Soraya Monteiro Brandão

FICHA TÉCNICA:

AUTORAS

Camila Carneiro
Camila de Souza Gomes
Camila Lacerda
Cirlei Evangelista Silva
Daiane de Paula Ciriáco
Jane Maria dos Santos Reis
Juliana Pacheco
Kelly Curitiba Pimenta de Carvalho Queiroz
Lorena Alleyne Vannelle
Mychelle Alves Monteiro
Priscila Dantas Ferlin
Priscila dos Santos Salles
Regla Somoza
Rosinadja Morato
Shaiane Vargas da Silveira
Tatiana Maria Araújo da Fonseca

APOIO

Maristela Campos de Carvalho
Natália Ilka Morais Nascimento

REVISÃO

Fátima Letícia Alves da Paz
Layla Daniele Pedreira de Carvalho
Maria Luiza dos Santos Bernardes
Moema Carvalho Lima
Vanessa Patrícia Machado Silva

EDIÇÃO E DESIGN

Gabriel Martins Teles
Moema Carvalho Lima
Tabata Maria Alves Matheus

SUMÁRIO

1. Introdução **7**

2. Breves reflexões sobre as mulheres negras no serviço público **9**

3. Vozes das mulheres negras servidoras federais **12**

3.1 *Não estamos atrasadas. Somos sementes em terra fértil.*
por Camilla Lacerda 13

3.2 *Carussandê.*
por Shaiane da Silveira 19

3.3 *Como água do Rio.*
por Regla Somoza 24

3.4 *Eu não danço sozinha.*
por Daiane Ciriáco 29

3.5 *Ela nasceu, sonhou, estudou, acreditou e realizou.*
por Rosinadja Morato 35

3.6 *Reflexões sobre os desafios de uma mulher negra atuando na pauta de povos e comunidades tradicionais na Administração Pública Federal.*
por Camila Carneiro 42

3.7 *Mulheres Negras no Serviço Público e o Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica no Rio de Janeiro.*
por Camila Gomes, Kelly Queiroz e Tatiana Fonseca 49

SUMÁRIO

3.8 *Ser Professora, Psicóloga, Mulher e Negra no Ensino Superior: buscando desatar os nós.*

por Cirlei Evangelista Silva 54

3.9 *Reflexões sobre minha trajetória no serviço público neste 25 de julho de 2024.*

por Priscila dos Santos Salles 61

3.10 *Trajetória de uma Menina Negra até chegar à Pesquisadora em Saúde Pública da Fiocruz.*

por Mychelle Monteiro 66

3.11 *Feminilidade, negritude e resiliência no serviço público.*

por Priscila Ferlin 72

3.12 *Neguinha Faceira.*

por Lorena Alleyne Vannelle 77

3.13 *Entre Fios Invisíveis: Minha Jornada no Serviço Público.*

por Juliana Pacheco 81

3.14 *Escrevivências de uma líder preta sobre a busca contínua de sua melhor versão.*

por Jane Reis 87

4. Conclusão 96

5. Galeria: Mulheres Negras no Serviço Público Federal 98

INTRODUÇÃO:

O Ministério da Igualdade Racial tem a satisfação de apresentar esta publicação que reconhece e exalta a presença e potência de mulheres negras servidoras públicas federais. No Brasil, o dia 25 de julho, Dia Nacional de Tereza de Benguela e Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, se tornou uma data importante para promover reflexões sobre as condições de vida das mulheres negras nos diversos espaços sociais. A ampliação dos debates sobre raça, gênero e mercado de trabalho, especialmente no âmbito da Administração Pública, é essencial para o fortalecimento de práticas institucionais de valorização dessas trajetórias que são frequentemente silenciadas.

Neste contexto, esta publicação é uma das entregas relacionadas ao simbólico mês de julho, apresentando e discutindo alguns dados sobre as mulheres negras no serviço público, celebrando trajetórias e reconhecendo suas contribuições indispensáveis para a sociedade brasileira. A população negra, ao cruzar o Atlântico, trouxe consigo a memória e as palavras como poder e tecnologia de sobrevivência. A tradição oral, transformada no Ocidente em contos, livros e poesias, mantém vivos ensinamentos que resistem ao apagamento. As narrativas orais, que expressam hábitos e valores, foram e continuam sendo instrumentos vitais de saberes, cura e transformação coletiva. A oralidade e a escrita do nosso povo são práticas de resistência e troca de conhecimentos, mantendo nossa história e memória vivas para as novas gerações.

Para construir esta publicação convidamos servidoras públicas federais para compartilhar suas trajetórias, experiências e sonhos a partir de suas próprias perspectivas, enriquecendo nosso entendimento sobre as vivências no serviço público federal. As autoras que construíram este trabalho são algumas das cursistas da Turma 4.0 do Programa LideraGOV. O Programa LideraGOV é um processo de formação de líderes inovadores e de alto impacto, portanto, essas são mulheres que narram suas histórias de determinação, competência e habilidades profissionais que se expressam em distintas áreas com criatividade, inventividade e estratégias de resistência.

Este trabalho pretende documentar a presença de pessoas negras no serviço público, com o objetivo de reconhecer, valorizar e visibilizar a existência e o trabalho realizado por elas. Por fim, esperamos também inspirar futuras gerações de servidoras públicas negras.

BREVES REFLEXÕES SOBRE AS MULHERES NEGRAS NO SERVIÇO PÚBLICO

Mulheres negras são o maior grupo populacional do país correspondendo à 28,5% do total da população brasileira, também são o maior percentual de brasileiros em idade economicamente ativa, de acordo com IBGE. Mesmo sendo um grupo tão significativo, no mercado de trabalho, elas ainda enfrentam muitas dificuldades para se incluírem nos trabalhos formais e, em termos de renda, as mulheres negras são aquelas que percebem menores rendimentos entre os grupos populacionais.

Tais informações indicam a existência no Brasil de uma verdadeira divisão racial do trabalho. São históricos e persistentes os indicadores que refletem a presença das mulheres negras entre os estratos mais vulneráveis do mercado de trabalho. Os dados evidenciam uma estrutura que perpetua a marginalização das mulheres negras e nos convidam a refletir sobre o papel do Estado brasileiro na reprodução das desigualdades de gênero e raça.

Também vale observarmos os dados em relação serviço público brasileiro, note-se que as mesmas tendências de desigualdades estão presentes nas carreiras públicas. No âmbito federal, de acordo com dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE em 2023 dos 555 mil servidores federais, apenas 17% (94.484) mulheres negras, autodeclaradas pretas e pardas. Há uma concentração dessas mulheres nas áreas de saúde, educação e atendimento ao público, sendo que quase 60% delas estão em carreiras de nível superior.

A composição do serviço público federal tem sido impactada desde a criação da Lei 12.990/2014, que estabeleceu reserva de vagas para pessoas negras nos concursos públicos. O aumento gradual de mulheres negras no serviço público federal, representa um avanço importante para a diversificação do perfil de servidores que ingressaram nas carreiras da Administração Pública Federal nos últimos 10 anos. Atualmente tramita no Congresso Nacional a proposta para a renovação e aprimoramento da Lei de Cotas nos Concursos Públicos, que é uma das prioridades de atuação do Ministério da Igualdade Racial desde a sua constituição. É certo que a continuidade da política afirmativa é o que garantirá o acesso às oportunidades e a superação da sub-representação de pessoas negras no serviço público federal.

Além disso, merece destaque os esforços empenhados por este Ministério da Igualdade Racial para que além da garantia do ingresso mais equitativo no serviço público, também ocorra a permanência e a ascensão das pessoas negras em suas carreiras. Dados do Observatório de Pessoal do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos demonstram que embora tenha havido um aumento na presença de negros no funcionalismo público federal desde sua implementação da Lei de Cotas, nos cargos em comissão e funções comissionadas as desigualdades raciais estão presentes de modo marcante.

Atentos a esta realidade e buscando revertê-la que temos investido em formações sobre competências de liderança para os servidores federais negros. Programas como o LideraGOV são iniciativas relevantes no processo de formação de lideranças no serviço público, incluindo as mulheres negras. A proposta é promover uma gestão pública mais inclusiva e eficiente, capacitando servidores para enfrentar desafios complexos e promover mudanças estruturais. As políticas de promoção da igualdade racial no serviço público têm sido elaboradas considerando não apenas o recrutamento, mas também o desenvolvimento dessas pessoas em suas carreiras.

É certo que para enfrentar as desigualdades raciais e de gênero no serviço público é fundamental manter o compromisso contínuo com políticas afirmativas, com o monitoramento dos dados e com a criação de ambientes institucionais antirracistas e inclusivos. Seguimos trabalhando pela ampliação da representação e pela igualdade nas carreiras do Estado para as mulheres negras.



VOZES DAS MULHERES NEGRAS SERVIDORAS FEDERAIS:

ESCREVIVÊNCIAS QUE TRANSBORDARAM PELO ATLÂNTICO

Camila da Silva Borges Lacerda de Oliveira

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

**NÃO ESTAMOS ATRASADAS.
SOMOS SEMENTES EM TERRA FÉRTIL.**

São vinte e dois anos de serviço público. Um tempo bonito, na sua maior parte.
Porque não existe só beleza no caminho.
Para quem é negro, essa percepção chega antes. Às vezes sutilmente.
Ou não.
Para a mulher negra, a certeza de que o caminho também é triste, se adianta um pouco mais.
A gente aprende logo que precisa se dedicar mais.
Que precisa se interessar mais.
Que precisa se esforçar mais.
Que precisa ser mais.
Mas nem tanto.
Calma.
O jeito de falar.
Esse cabelo.
Melhor se adequar.
Tem muita competência. E a gente sabe que tem.
Mas não alcança mais no alto.
Se estica. Se encolhe.
Expandi e recolhi.
E não alcança mais no alto.
E tem gente que existe. Só. Existe. E chega lá.
Nem precisa ser mais calma.
Nem precisa falar diferente.
Nem precisa fazer uma escova no cabelo para ficar mais arrumada.
E nunca ouviu no trabalho. Serviço. Público.
Que andava arrumada, mas o cabelo não combinava.
Que tinha sorte porque quando chovia o cabelo nem molha e surpreendentemente ele era macio.
Surpreendentemente.
Que é muito competente. Muito.

E apesar disso.

Mesmo assim.
Não alcança.
Mais no alto.
E tem o desconforto.
E a crença de que
Talvez
Não é pra ser.
E tudo bem.
Mas de verdade não está. Nada bem.
O desconforto permanece.
E insistindo no caminho, o que muda é o lugar que este incômodo ocupa na gente.
Autoconhecimento ajuda a ver. Não está. Nada bem.
E a gente aprende a reagir. E confiar.
De que não estamos atrasadas.
E não precisamos atender expectativas outras. Brancas.
Que na maioria das vezes. No serviço público. Não estão escancaradas que são brancas.
O racismo nem sempre está revelado. De naturalizado que é.
Mas fica aparente quando a gente (se) conhece mais.
Resgata.
E aprende que confiar no caminho é
Confiar em você e em quem veio antes.
Isso não é orgânico. Deveria.
Como regra, as oportunidades não chegam, ainda que esteja preparada.
Ainda que seja elogiada, o reconhecimento nem sempre vem acompanhado de ação concreta.
O tempo todo avaliada.
Mas... Você sempre pode fazer um pouco mais e talvez...
Pode não ser suficiente. Na maioria das vezes, não é.

E insiste. E resiste.
Está decidido.
Sucumbir não é uma opção. Nunca foi.
E continuamos.
Trabalhando.
Criando.
Existindo.
Aprendendo.
Crescendo.
Com cada um que se junta na caminhada.
E também com quem se recusa.
Que não é cego de ver, mas cego de não querer.
Olha, mas não enxerga.
E se não existe, não se resolve.
Que mais no alto. Subindo. A tonalidade é branca.
Que mais no alto. Subindo. Na maioria, homens.
E assim mesmo.
Continuamos.
Sem desistir.
Com dedicação.
Realizo.
Tanto e com orgulho.
Acreditando em políticas públicas de saúde de qualidade.
Com autenticidade e coragem.
A conexão com as pessoas que veem e enxergam, impulsiona.
Concentro no que quero falar, e não nas discordâncias.
Entendo que às vezes não é sobre o quero dizer.
É sobre o que o outro tem capacidade de escutar. Facilita.
Muitos projetos especiais, idealizados e realizados com gente especial.
Com resultados e encontros excepcionais.
A vontade de fazer sempre o melhor.
Nas ideias mais incríveis.
Ou nas ações do cotidiano.

O trabalho flui mais realista. Procurando respeitar os limites.
Eu, enfermeira de formação, quando trabalhei com população vulnerável, a realidade tomava conta de uma vez só.
As (muitas) vidas aconteciam no mesmo espaço de tempo e dificuldades.
E esperança.
Eu ali fazendo parte.
As histórias ajudavam a criar a minha.
E eu me dedicava para fazer a diferença.
Enquanto a vida acontece, fazer a diferença para melhorar um pouco as circunstâncias é muito grandioso.
Hoje, distante da assistência à saúde, a realidade chega aos poucos.
Mais tempo (mas nem tanto) para planejar como fazer diferente.
Como gerar mais resultado e valor público.
Como continuar esperando apesar das limitações que se impõem.
Nem sempre os arranjos estabelecidos permitem ir um pouco mais além.
Parece mais cansativo.
Mas não menos grandioso.
Cada conquista tem uma parte de negociação e convencimento.
Tem um tanto de ir e um tanto de voltar.
Ao longo do caminho, percebi que o ir e voltar são sinônimos de perseverar.
Entendi que independente do lugar que eu esteja.
Minha condição de mulher, negra, de cabelo crespo não muda.
E que isso pode influenciar em quantas vezes vou e volto.
Ou permaneço.
E essa percepção, quando compreendida, fortalece.
Porque sabendo disso, a gente se garante e não permite
Ser menos para caber.
Ainda que não alcance mais no alto.
Faz questão de ser sempre mais.

E empregar sua competência e autenticidade.

Isso não é sobre uma pessoa, é sobre nós.

A luta. Coletiva

A conquista. Coletiva.

Ter a dimensão disso endireita a coragem na gente.

A gente passa a não reconhecer o aviso não ultrapasse.

Na verdade, pouco importa se tem aviso ou pedra no caminho.

A gente vai e volta quantas vezes for preciso.

Em movimento com os nossos e com quem vê, nunca estamos sós.

Caminhando, a gente só mira na linha de chegada que a gente definiu.

Se não é possível chegar no lugar que queremos.

Sabemos que não é por falta de esforço, competência ou dedicação.

E que uma boa dose de amor-próprio (que às vezes custa a chegar).

Significa autoconfiança.

Entendemos que nosso propósito é força inabalável.

E seguimos de onde estivermos.

Fazendo bonito.

Na tentativa de contribuir para um mundo melhor para quem está aqui.

E para quem virá depois.

Um lugar com menos gente que olha e não enxerga.

Com igualdade de oportunidade e reconhecimento.

Onde o racismo não tenha vez.

Pode ser sonho.

E é.

Mas a realidade sonhada se constrói com sonhos comuns e partilhados.

E os sonhos de mulheres negras são sementes em terra fértil, no tempo certo. Porque não estamos atrasadas. E, além de tudo, estamos juntas.

Shaiane Vargas da Silveira

*Professora do Magistério Superior
Chefe de Divisão, Gabinete da Ministra
Ministério da Cultura*

CARUSSANDÊ

Às vezes me pego com o pensamento vazio e me vem a palavra “Carussandê!”. Ocupa minha mente, me leva ao passado e me faz planejar o futuro. Carussandê me faz alegre, nostálgica e historicamente referenciada na minha ancestralidade.

Termo criado por minha mãe, a escritora Maria Helena Vargas da Silveira, também conhecida como Helena do Sul, significa a junção de três delícias da nossa negritude: a religião, a música e o alimento, palavras que foram traduzidas num acrônimo poético que reverbera em meu coração, como força pulsante da vida.

Ao contrário dos gatilhos que provocam certos incômodos e desconfortos, os estímulos positivos nos trazem um ambiente seguro, leve e amável. Pensar em Carussandê me leva pra este local, elevando a auto-estima e fazendo a ponte entre o meu eu e o universo.

Para melhor entender o Carussandê é importante falar como a autora aborda sua construção criativa e para isso vou transcrever uma parte de seu ensaio “Corpo-ironia”, do livro “Rota Existencial”, publicado em 2007, pela Fundação Cultural Palmares. O ensaio começa com a narrativa do apresentador da Força Negra TV, da seguinte forma:

A Força Negra TV, o canal onde queremos ver você, está inaugurando uma série de cem documentários que irão tratar de assuntos étnico-raciais, dando o devido destaque para a valorização da população negra de nosso país, conhecida também como afro-brasileira, afrodescendente e negrada urbana ou rural, quilombola.

O primeiro documentário intitula-se Carussandê. É uma produção do Coletivo de Mulheres deste lado do mundo. Traz assuntos relevantes assinados por doutoras da universidade da vida de mulheres negras.

Acreditamos que os cinco minutos semanais de documentário sejam bem recebidos pelos telespectadores e que o programa não enfraqueça sob o controle remoto de mãos que teimam em colocar os negros no ar, mas nos devidos lugares concebidos e julgados sem pecado.

Ao término do documentário, se você desejar a continuidade de vídeos como este, entrando em seu terreiro, vá ao orelhão, ou pegue o celular ou seu fone residencial e ligue já para 1695, número que lembra o ano da morte de um guerreiro negro de Palmares e diga: valeu Zumbi!

Mas se você se sentir incomodado e desejar que o programa saia de seu barraco, ligue já para 1888, número que lembra o ano em que a princesa aboliu o tronco e deixou os galhos para os negros quebrarem. Diga consciente: eu mereço.

Ligue, ligue já. Você decidirá o destino do Carussandê.

O Carussandê traz uma releitura apimentada do caruru com samba, dendê e equivocadas orientações que se transformam em lições de vida e auto-estima, com a mestra zum zum zum, da colônia africana, também deste lado do planeta.

A mestra é autodidata e vem se revelando cada dia mais experiente em consultoria para assuntos da comunidade negra, inclusive em samba de enredo.

Ao imaginar o Carussandê como produção do Coletivo de Mulheres me sinto convencida de que representa um elo de ligação que nos une, deste lado do planeta, sejamos da negrada urbana ou rural.

Nós, doutoras da universidade da vida de mulheres negras, temos conteúdo de sobra para uma série de documentários e dedicar cinco minutos para que o Carussandê ou outro estímulo para a vida entre em nosso terreiro é fundamental, pois demonstra que estamos no controle, escolhemos nossa trajetória e nos colocamos no lugar que queremos.

Por falar nestes estímulos, onde você encontra suas lições de vida? O quê apimenta seus pensamentos? E ainda, qual mestra faz um zum zum zum na sua cabeça, bagunçando o que estava tão certo e imutável?

Minhas lições de vida estão em toda a parte, mas elas vêm assim, apimentadas de Carussandê, com as paixões da negritude permeando tudo que faço. E a mestra? Mesmo em outro plano astral ainda bagunça meus pensamentos, antecipou temas que hoje estão em discussão e com coragem escreveu sobre o que nem era visto por ninguém.

Minha força tem sido este mantra, que vem das entranhas criativas da Helena do Sul, cuja herança literária, de que tenho consciência, vem de antepassados como minha avó, poetisa Yolanda e Armando Vargas, meu bisavó, tipógrafo e escritor.

Nesta linha do tempo relembro de mim, criança, com um livro de palavras belas, simples e espirituosas, concebido por Yolanda e organizado por um dos filhos como recordação familiar. Bem antes disso, em torno de 1920 e 1930, o ativismo de meu bisavô se tornava escrita e suas publicações alcançavam o público negro no jornal "A Alvorada", em Pelotas/RS. Ainda criança eu folhava aqueles papeis antigos e manchados, jornais reunidos e encadernados que registravam a trajetória de meu avô e do maior jornal em circulação da imprensa negra nas Américas.

Com a herança da poesia, dos contos, dos ensaios, das crônicas e da escrivência de meus antepassados venho me reafirmando como mulher negra, mãe, servidora pública, professora universitária, doutora em Políticas Públicas, filha de Maria Helena, neta de Yolanda e bisneta de Armando Vargas.

Por isso digo sim, quero continuar com Carussandê, ver os próximos episódios, dizer que valeu também trazer novos debates, vivências e experiências. Me reunir com as doutoras da universidade da vida de mulheres negras e traçar novos roteiros e conteúdos.

Se a língua é uma tecnologia de poder, como dizia Fanon, a escrita também é. Por isso me refiro a Helena do Sul ao enfatizar, nas suas proposições sobre a Lei 10.639/03, que textos literários de escritoras e escritores negros podem ser utilizados como instrumentos provocativos de reflexão e exercícios para a concretização daquilo que se espera com o resgate da contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

O LideraGov, em sua edição especial, cumpre papel essencial nesta provocação pois se consolidou num espaço onde o pensamento crítico de cada participante enaltece a contribuição de negros e negras na constituição do País. Quem sabe este se torne um novo mantra, mesmo sem caruru, samba e dendê, mas com o poder de estimular e dizer internamente para cada uma de nós: Lidera!

Regla Somoza

*Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais
Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação*

COMO ÁGUA DO RIO

Em Cuba, onde nasci, existem duas santas negras: a Virgem da Caridade do Cobre e a Virgem de Regla. Ambas foram sincretizadas pelos escravos com a religião de matriz africana, sendo a Virgem de Regla reconhecida como Yemayá, representando a grandeza do mar, e a Virgem da Caridade como Ochun, simbolizando a riqueza dos rios. Assim, minha avó me deu o nome Regla de La Caridad, pensando no rio que flui em direção ao mar, sempre seguindo em frente em busca de crescimento e vastidão.

Com essa sina de nascimento, minha vida tem sido como um rio: com quedas d'água, trajetórias sinuosas, águas rasas com pedregulhos, redemoinhos que, em ocasiões, me levaram a afundar e às vezes me impulsionaram à superfície. Algumas vezes, transbordei saindo da calha principal para logo retomar o curso original, mas também tive momentos em que fiquei presa em águas paradas e tive que me evaporar para chover em outro afluente. No entanto, sempre fui resiliente e encontrei uma maneira de seguir o fluxo de minha vida em direção ao mar.

Hoje, ao olhar para trás, estou inundada por um profundo sentimento de gratidão. Porque sou uma mulher que carrega em seu nome e em seu ser as raízes profundas da ancestralidade, moldada pela força matriarcal de minha avó que me sustentou desde o nascimento. Sou grata pela disciplina e pelos valores de dever que me foram inculcados desde cedo, fundamentos que me acompanham onde quer que eu vá. Vindo de uma família pobre, numerosa e com mãe solo, escolhi estudar em escolas internas aos 15 anos, assim cursei o segundo grau e a universidade na Academia Naval. Decidi fazer engenharia em hidrografia e oceanografia no ensino superior, apesar da discriminação de gênero e dos desafios da vida militar.

Desde jovem adotei uma filosofia como guia: "O pessimista queixa-se do vento, o otimista espera que ele mude e o realista ajusta as velas." Esta citação ressoa profundamente comigo, pois reflete minha abordagem pragmática diante dos desafios que encontro.

Desde que me graduei, comecei a trabalhar em órgãos da administração pública. Primeiro, colaborei como assistente de pesquisa na elaboração e publicação de um álbum de cartas náuticas em formato eletrônico no grupo empresarial GEOCuba.

Após esta experiência inicial, fui para o Centro de Pesquisas Pesqueiras de Cuba, onde trabalhei como oceanógrafa no grupo de pescarias de lagosta. Neste período, colaborei com pessoas que me acolheram com respeito, me senti valorizada como profissional, participei de vários projetos de pesquisa e me diverti fazendo meu trabalho. Tive a oportunidade de navegar para fazer monitoramento de qualidade da água, visitei ilhas inabitadas do arquipélago cubano, mergulhei na barreira de corais e contribuí no monitoramento das tartarugas marinhas, entre outras atividades.

Também participei de congressos científicos e continuei estudando. Mesmo que a remuneração ficasse aquém do necessário para cobrir as despesas, morava na casa de minha família que me apoiou para que continuasse me desenvolvendo como profissional. Hoje, posso afirmar que, na linha do tempo de minha vida, o período em que trabalhei como oceanógrafa foi uma vitória conquistada com meu esforço, que me levou a transbordar do represamento e fluir livremente.

Minha jornada me levou além das fronteiras, oferecendo-me a preciosa oportunidade de emigrar, trazendo novos horizontes, permitindo-me construir uma família e estabelecer-me profissionalmente, sem nunca esquecer minhas raízes. Sou a esposa de Eduardo e a mãe de Victória e Kênia, eles são minha força motriz. Sou esposa dedicada e mãe amorosa, considero a maternidade como uma parte essencial de quem sou. Assim, o nascimento de minhas filhas são momentos de glória no rio do meu tempo, que considero grandes conquistas, pois me inundaram de uma força indescritível. Agradeço não só aos meus entes queridos, mas também aos desafios que me incentivaram a crescer, transformando adversidade em fortaleza. Mesmo longe da ilha que me viu nascer, minha vida continuou fluindo em direção ao mar.

Atualmente, sou uma brasileira naturalizada, que veio de Cuba para fazer cursos de pós-graduação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais: especialização em Sensoriamento Remoto e GIS (2006), mestrado em Meteorologia (2010) e doutorado em Sensoriamento Remoto (2015). Desde 2014, atuo profissionalmente como tecnologista de extremos hidrológicos, um papel que me permite contribuir na sala de situação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN/MCTI).

Nestes dez anos de serviço público, minha principal responsabilidade envolve o monitoramento de variáveis ambientais, hidrológicas e meteorológicas, entre outras, para tomar decisões estratégicas relacionadas ao envio de alertas de desastres naturais associados a riscos hidrológicos. Além disso, contribuo com outras atividades operacionais e técnicas, como a previsão de risco geo-hidrológico, participação em eventos científicos, ministrar cursos de curta duração para a Defesa Civil, projetos de pesquisa e publicação de artigos científicos. Nestes últimos cinco anos, terminei o curso superior de Tecnólogo em Processos Gerenciais (2021) e concluí quatro certificações, entre outros cursos de capacitação online, oferecidos pela ENAP.

No Cemaden, tenho experienciado alguns momentos de fortes correntezas e outros de águas calmas. Fazer parte de uma equipe multidisciplinar que trabalha em turno rotativo 24 horas por dia, 365 dias por ano, é desafiador, mas contribui significativamente para o desenvolvimento de competências técnicas e de comunicação, proporcionando um aprendizado contínuo. Nesse contexto, o distanciamento social induzido pela pandemia de Covid-19 foi extremamente negativo na linha do tempo, enquanto ter sido selecionada para participar do programa LideraGov, edição especial para pessoas negras, se mostrou um ponto de decolagem na minha carreira profissional. Após dez anos, os obstáculos encontrados no serviço público estão diminuindo, facilitando o fluxo das águas.

Minha identidade é um mosaico vibrante de culturas e experiências, uma mistura de Cuba e Brasil, contudo, durante minha trajetória tenho estado inserida profissionalmente em ambientes em que sou minoria como mulher negra. Sempre estive imersa nas minhas batalhas pelo crescimento pessoal e cuidado de minha família. Contudo, enquanto lidero minha vida e minha carreira, faço meu melhor para ajustar as velas e construir um futuro inclusivo e diversificado, onde minha voz e minha jornada possam inspirar minhas filhas e outras pessoas negras a perseguirem seus próprios sonhos.

No contexto do Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, reflito profundamente sobre minha jornada como mulher negra no serviço público, enfrentando desafios e celebrando conquistas que moldaram minha trajetória. Participar do programa LideraGOV 4.0 representa uma nova fase emocionante em minha trajetória. Estou determinada a fortalecer minhas habilidades de liderança e expandir minha rede de contatos profissionais. Quero inspirar minhas filhas e tantos outros, mostrando que as mulheres negras podem estar sim em todos os espaços. Como uma presença muitas vezes minoritária em espaços onde a diversidade é escassa, enfrentei o desafio de ter minha voz reconhecida e valorizada. No entanto, cada obstáculo superado fortaleceu minha determinação em promover a inclusão e equidade de gênero e raça no ambiente de trabalho.

Faço questão de ressaltar meus êxitos e minimizar minhas angústias porque quero valorizar minhas conquistas como mulher negra, para que sirvam de exemplo e inspiração para as novas gerações. Cada um de nós enfrentará seus próprios obstáculos e terá seus pontos de partida, contudo, quero acreditar que podemos superar as dificuldades e diminuir as desigualdades com a implementação e supervisão dos programas transversais de ações afirmativas.

Ao imaginar o mar dos meus sonhos, vejo um oceano sereno, onde a água azul simboliza paz e segurança. É nesse ambiente que visualizo um futuro promissor para minhas filhas e para todas as mulheres negras no serviço público. Um futuro onde nossa contribuição é reconhecida não apenas neste mês de julho, mas todos os dias do ano. Ao compartilhar minha experiência e trajetória, espero contribuir para o combate e superação do racismo, bem como para a promoção da igualdade racial, através da troca de experiências entre pessoas negras no âmbito do serviço público federal. Acredito que dialogar com a sociedade brasileira sobre nossos caminhos pavimenta a estrada para a construção de uma sociedade menos desigual.

Eu sou a representação de uma resistência histórica e de uma força que transcende gerações. Cada mulher negra que se ergue é um testemunho de uma linhagem inquebrantável de coragem e resiliência.

Angela Davis

Daiane de Paula Ciriáco

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EU NÃO DANÇO SOZINHA

A dança é uma importante tecnologia desenvolvida pelo nosso povo. Nosso corpo guarda todo o conhecimento trazido do continente africano e a partir dele outros tantos conhecimentos são criados e recriados todos os dias. Há séculos, dançamos para celebrar, lamentar, nos tornar deuses, transformar. Na África e na diáspora, inúmeros são os movimentos que fazem com que nós, povo negro, continuemos hoje e além.

E a dança sempre me salvou! Ela acompanha minhas lembranças de criança, dos encontros em família, desde as festas de Natal com um monte de gente até reuniões menores sem motivo, só para estar junto. Tenho memórias dançantes de cada membro da família, homens e mulheres, brancos e pretos, adultos e crianças. Memórias de corpos que dançam, cada um do seu jeito, com mais ou menos coordenação, mas dançam. Memórias vividas ou inventadas a partir das histórias que cresci ouvindo sobre sambas que meu avô materno animava até altas horas da madrugada, com todo mundo bebendo, tocando, cantando e dançando. Não tive a oportunidade de conhecer meu avô, pois um ano antes de eu nascer, ele saiu para comprar cigarro e não voltou mais. “Confundido”, aos 40 anos, foi assassinado no bar. Seu nome saiu até no jornal local, dizendo que o famoso “Ditão” tinha morrido, mas estava errado: ele era o Ditinho, honesto, motorista de ônibus. Nem preciso dizer a cor da pele dele. Essas memórias vividas-inventadas-dançadas fazem quem já se foi deste plano continuar vivo e em movimento, mesmo aqueles com quem eu não pude dançar nesta vida, como meu avô. E me constituem. Corporificá-las tem sido a forma que encontrei de me conhecer e continuar navegando mundo afora e mundo adentro, de expandir minha existência e de fazer a diferença nesse plano.

Vó Margô também dança nas minhas lembranças. Mãe solteira de um único filho, meu pai, preta da pele retinta, baixinha, com seios e bunda fartos, dona da gargalhada mais aguda e alegre que eu já ouvi, partiu para a vida depois dessa vida em 2015, aos 76 anos. Ela foi a mulher mais incrível que conheci e tudo que conquistei foi graças à ajuda dela. Foi ela quem pagou meu cursinho pré-vestibular, em 2003, porque tendo estudado sempre numa escola estadual na periferia de Guarulhos, eu não teria chance de ser aprovada em universidade pública. Muito antes disso, quando eu tinha 11 anos, ela me levava de ônibus para o curso de inglês,

da periferia para um bairro nobre da cidade. A gente viajava por uma hora, ela me esperava por duas horas e, na volta, mais uma hora de viagem. Lembro que costumávamos andar até o ponto de ônibus seguinte por causa de um mercadinho onde ela comprava tudo que eu gostava de comer. Toda a independência que eu conquistei foi graças à Vó Margô e às outras mulheres da família que investiram em mim. *Thank you all!* <3

E Vó Margô amava me ver dançar: ela ia em todas as apresentações que eu fazia, de qualquer coisa, desde minha infância. Ela sempre dançou e uma lembrança que todo mundo da família tem é do samba miudinho dela, com aquela bunda grande balançando cheia de swing. Ela amava sambar, sempre contava sobre suas aventuras nos bailes antes do casamento. Toda vez que Jair Rodrigues aparecia na TV, ela falava: “já dancei com ele num baile. Pense num homem que dança bem! E fui muito elogiada!”

Depois que descobriu o câncer e passou por uma cirurgia, a única vez que ela saiu de casa foi para me ver dançar em um lindo espetáculo que representava alguns mitos dos orixás. Minha irmã também participava tocando e nossa avó amava esse espetáculo, já tinha visto outras vezes e fez questão de ir novamente, mesmo doente e se recuperando da cirurgia. Ela estava sentindo dor, e me lembro dela sentada encolhidinha, pressionando os braços contra a barreira de onde tiraram o tumor que a havia corroído silenciosamente por dentro.

No dia em que ela fez sua passagem, tínhamos marcada outra apresentação desse espetáculo. A notícia chegou na hora do almoço, e logo saí do trabalho para ajudar a família avisando pessoas, comprando coroa de flores, escolhendo a roupa para colocar nela. Chorei pouco. Perto do horário da apresentação, depois de resolver tudo com a família e ter certeza de que não precisavam de mim para esse tipo de coisa, peguei o carro – que também foi metade presente da minha avó – e fui dançar. Cada pessoa lida de seu jeito com o luto. Minha irmã preferiu não ir, mas, para mim, a melhor coisa foi dançar para minha avó seu espetáculo preferido no dia de sua partida. Ao mesmo tempo, foi bem difícil, sentindo o corpo pesado, arrastado. Terminei a apresentação e desabei em lágrimas. Nossa matriarca, minha parceira e maior referência, tinha voltado para o Orun. Ela fazia acompanhamento médico regularmente, como ninguém descobriu antes?

Tínhamos certeza de que ela viveria dançando e espalhando alegria por pelo menos 100 anos, mas o racismo não deixou...

Procuro seguir dançando e honrando seu legado. Desde a adolescência. Aquele curso pré-vestibular, pago por ela, me auxiliou a ir bem nos vestibulares. Ingressei no curso de Geografia da USP em 2004. Foi uma festa só, ela e toda minha família ficaram muito orgulhosos, e eu fiquei muito feliz. Tinha só 17 anos quando fiz essa escolha e nunca me arrependi. Vó Margô me acompanhou em várias provas e com ela também aprendi a ir de transporte público da periferia de Guarulhos para São Paulo, saltando de vagão em vagão do metrô, a cada estação, para ficar mais perto da saída do nosso ônibus.

Ainda que caibam críticas ao currículo eurocêntrico, à postura elitista da academia, à exclusão de saberes tradicionais e periféricos, entre outras questões, a universidade pública possibilita alguma mobilidade social aos egressos. A USP foi uma das últimas universidades brasileiras a implementar a política de cotas, em 2018, e desde então essa realidade está mudando aos poucos. Além de uma política de reparação, as cotas são importantes para enriquecer epistemologicamente as instituições. Os cotistas não são apenas produtos das políticas públicas, mas, sobretudo, produtores. Trazemos nosso modo de fazer, pensar, aprender, ensinar. Mesmo estudando numa importante universidade, depois de conseguir furar a bolha graças ao investimento da família na minha educação, as chances de ingressar no serviço público eram pequenas. O sistema vai afunilando, e “chegar mais longe” se torna cada vez mais difícil.

Me formar foi outra conquista, que também só foi possível com o apoio da família. Enfrentar mais de 5 horas por dia no transporte público era o mínimo que podia fazer para honrar esse investimento. No trajeto eu lia, estudava, fazia amigos, dormia, comia na estação. Era uma verdadeira viagem! Em 2010, já formada, comecei a trabalhar como editora de livros didáticos de Geografia, por indicação de uma amiga da faculdade, e pude registrar nos materiais que editava um pouco do legado dançante que herdei. A dança estava lá, nas festas populares, nos saberes tradicionais indígenas, quilombolas... tudo que aprendi e que ajuda a formar a intelectual que sou, para muito além do saber acadêmico formal, contribuindo para que minha geografia seja, acima de tudo, dançada (com uma pitada de antropologia, disciplina que me aproximei no MBA e mergulhei no mestrado)

Cheguei a criar, para uma das coleções da editora, uma sessão chamada “lugar e cultura”, que trazia as manifestações específicas de cada lugar. Na época, meu chefe pediu para selecionar manifestações de acordo com os temas dos capítulos. Lembro de ter sugerido a festa de Yemanjá, do 2 de fevereiro em Salvador, no capítulo sobre mares e oceanos e fui barrada, pois “esse tipo de coisa não podia estar nos livros, os evangélicos iam reclamar”. Hoje sei que essa foi uma manifestação de racismo institucional, mas na época não soube responder e só pude engolir seco. Não consegui ganhar todas as batalhas, porém algumas sementes foram plantadas ali.

Mesmo sendo uma grande escola, depois de determinado tempo e muitas disputas, comecei a me sentir incomodada, deslocada na editora. Queria mais autonomia, mais possibilidades de criar e fazer a diferença. Eis que vejo um edital de concurso do IBGE – grande referência para a Geografia brasileira – e pensei que essa poderia ser a minha chance de ingressar no serviço público e de me mudar para o Rio de Janeiro, cidade pela qual era apaixonada (paixão superada, a dança me trouxe para Salvador, onde moro hoje, mas é assunto para outra hora). Foi o primeiro concurso do instituto com reserva de vagas para candidatos negros, o que me incentivou ainda mais a tentar. Nessa altura, minha avó já tinha partido, mas sei que ela me incentivaria muito. Também foi forasteira, nascida em Minas, se mudou para São Paulo e rodou bastante. Dançou a vida Brasil afora.

E assim fui, com coragem, medo e muito frio na barriga, fazer a prova na cidade dita maravilhosa. Estudei bastante, tive ajuda de pessoas incríveis, e outras duvidaram da minha capacidade: “tenho um amigo que vai fazer essa prova. Ele é professor universitário e é negro” (nas entrelinhas: “a vaga de cotista é dele”). Respondi que era bom que ele estudasse, porque eu estava fazendo a minha parte. Eram três vagas no total, duas para ampla concorrência e uma para cotista. E eu sabia que uma delas seria minha (eu fiz uma consulta no jogo de búzios e saiu que eu trabalharia no Rio, num órgão público e que viajaria a trabalho, mas também é assunto para outra ocasião). Minha mãe estava preocupada, mas torceu e me abençoou. Eu queria ter sido aprovada numa vaga de ampla concorrência para outra pessoa negra entrar também, é cansativo ser sempre a única. Fui bem na prova – de 1.500 candidatos, fiquei em 13º na classificação geral –, mas não seria suficiente para entrar se não existisse reserva de vagas. É importante lembrar que as cotas são fruto de uma luta coletiva

e muito antiga, e só existem graças à mobilização dos movimentos negros. A canetada que criou a lei de cotas demorou, mas foi dada. Agradeço aos que vieram antes e lutaram para que eu e outros pudéssemos colher os frutos.

A entrada no IBGE foi chocante. Sentia um tratamento diferente, sofri situações racistas, não tive acolhimento e me senti silenciada várias vezes. Segui gingando para me esquivar e poder dar o melhor, como aprendi com meus ancestrais e com pessoas negras que já estavam lá quando cheguei e logo se identificaram comigo. Hoje, reconhecida, trabalho para continuarmos a pavimentar o caminho dos que virão. Mais consciente da responsabilidade que tenho ao ocupar esse lugar, me deparei com pessoas comprometidas a diversificar as estatísticas, incluindo grupos até então invisibilizados. Junto a representações quilombolas, fizemos um censo inédito e respeitoso, que já possibilitou a inclusão desse grupo na política de cotas, e trabalhamos para incluir outros ainda invisíveis aos olhos do Estado. Trazer uma representação digna, sem reproduzir estereótipos, é outro desafio. Leio ideias equivocadas, escritos carregados da superioridade sudestina e análises enviesadas. Como não existe neutralidade, temos que estar atentos ao que divulgamos. Os servidores do IBGE têm suas visões de mundo e a partir delas elaboram produtos que saem com o selo de credibilidade da instituição. Prezar por análises respeitadas e representativas também faz parte da minha dança. Trabalhar para melhorar as relações internas também, junto à equipe de RH e com todo mundo que precisar dançar para transformar.

Nesse compasso, meu chefe e eu temos dançado um *pas de deux* bonito. Parceiro, quebrou o pacto da branquitude ao me promover e incentivar meu crescimento, me encorajando a ingressar no LideraGov, onde encontrei pessoas negras e comprometidas de diversas áreas e gerações. Juntos, podemos continuar dançando para transformar a realidade, como aprendemos com os nossos, gingando e colaborando para que o serviço público seja mais inclusivo e representativo. É muito bom fazer parte disso e ter a certeza de que eu não danço sozinha.

Rosinadja B. S. Morato

IBGE/SES/SE

ELA NASCEU, SONHOU, ESTUDOU, ACREDITOU E REALIZOU

Passado meio século de existência, vejo minha vida com aquela sensação, ou certeza, de que menos tempo tenho pela frente do que já vivi, me perguntando como melhor posso viver no porvir. Assim, me apresento: mulher negra, nordestina, 51 anos, servidora federal concursada, casada, doutora, mãe de dois meninos e duas meninas. Pensando nos caminhos que me trouxeram até aqui, ao longo dessa narrativa, relato minha história familiar como força motriz impulsionadora do aperfeiçoamento e motivação contínua em ser a melhor profissional e servidora pública possível.

Ser a 15ª filha de um lavrador e uma costureira iletrados, pardos e pobres, numa cidadezinha nordestina, no menor estado da federação, me fez entender que o único caminho para melhores condições de vida seria pela educação. Ainda pequena, meu pai tornou-se zelador do matadouro municipal, exemplo de servidor orgulhoso de suas responsabilidades, e metade dos meus irmãos migraram ao Sudeste buscando melhores condições.

Precoce, aos cinco anos já sabia ler e “escrevinhar” algumas letras, o que me permitiu entrar na educação fundamental aos seis anos. Os livros sempre foram meus fiéis companheiros. Aos 16, cursava a 3ª série do antigo Magistério, única opção local. Os irmãos que ficaram na cidade eram professores da rede estadual. Convivendo com servidores, eu tinha sonhos simples: estudar numa Universidade Pública e ser servidora pública federal. Para a época e condição socioeconômica de minha família, pareciam sonhos ambiciosos e impossíveis. Até que um cartaz me chamou a atenção para a oportunidade de estudar fora, por sistema de internato, na Escola Agrotécnica Federal de Sergipe. Fiz a seleção e, mesmo retornando ao 1º ano do curso técnico, tive a certeza de que seria o passo decisivo para o meu futuro. E foi.

Na Agrotécnica, fui bolsista na equipe de informatização. Voltar ao primeiro ano atrasou minha entrada na graduação, mas aos 21 ingressei no curso de Administração da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e descobri minha vocação. Trabalhei para me manter na capital, 10h/dia, segunda a sábado, estudando à noite, jornada bem exaustiva. Até que, no segundo ano, entrei no programa de residência estudantil que fornecia moradia e alimentação e consegui a bolsa do Programa de Iniciação Científica (Pibic/CNPq). Com essa oportunidade, me dediquei exclusivamente à academia e consolidei a certeza de que o estudo e a pesquisa eram minhas realizações. O sonho de ser servidora parecia possível.

Em 1999 fui a primeira da família formada numa Universidade Pública. Nesse ínterim, uma grande reviravolta aconteceu: engravidei e fui aprovada em concurso público da Prefeitura da minha cidade. Em decorrência da minha experiência com informática, grande diferencial na época, fui cedida ao Tribunal de Justiça para participar da informatização do cartório da Comarca, contribuindo com a padronização de processos e maior agilidade na comunicação cartorial, mesmo grávida e enjoando cotidianamente. Nessa experiência, tive o privilégio de ter como chefe um homem negro e verdadeiro líder. Aprendi a trabalhar com foco em resultados e entregas.

Em 2000, minha filha nasceu e vivíamos entre a capital e o interior, eu, ela e uma mochila. Muita gente achava nossa vida difícil, que deveria me acomodar com o que já tinha, mas meu sonho não poderia ser abandonado. Quando ela tinha 8 meses fui aprovada no Mestrado e consegui uma bolsa. Me licenciiei do trabalho e retornei à capital para juntar minha família: o marido tinha ficado por lá por causa do trabalho. No Mestrado comecei a desenvolver meus estudos sobre a Gestão Pública, tema da minha dissertação. O sonho de ser servidora federal só crescia.

Em 2002, ainda no Mestrado, aprovei em concurso para Trainee do Banco de Estado de Sergipe (Banese). No dia da posse, com uma filha de 2,5 anos e uma dissertação para concluir, descobri que estava grávida de gêmeos. Momentos difíceis que testaram minha coragem, força e perseverança. Sem familiares por perto, sem casa própria, recém concursada e fortes enjoos diuturnos, participei do treinamento, sendo avaliada semanalmente até a efetivação, resistindo com foco e fé. Nesse meio tempo, perdi dois irmãos num intervalo de pouco mais de 6 meses.

Muitas vozes entoavam que eu não conseguiria, que ambicionava demais, que desistiria. Por que uma negrinha pobre queria tanto? Tive que ouvir esse tipo de impropério até de pessoas da família. Em 2003, veio a recompensa: os gêmeos nasceram saudáveis, fui efetivada no Banco e defendi minha Dissertação com distinção.

No Banese, onde fiquei por quase dez anos, desenvolvi competências técnicas e comportamentais exercendo atividades nas áreas de Orçamento, Inteligência Competitiva, Relações com Investidores, Responsabilidade Social, Comunicação Corporativa e Planejamento Estratégico.

Em 2007, grávida de minha quarta filha, compus o grupo de trabalho para a criação do Instituto Banese, instituição responsável pelos projetos sociais do Banco e Manutenção do Museu da Gente Sergipana, ao final do projeto, minha filha nasceu. É importante aqui destacar que nessa instituição eu também tive o privilégio de ter um homem negro como chefe: rígido, autodidata, mas generoso na transmissão do conhecimento, e ainda me defendia quando me criticavam por ter quatro crianças. Aprendi que os filhos nos dão uma força que a gente nem imaginava ter e sobre a importância do apoio de nossos pares.

Mesmo trabalhando no banco e com crianças pequenas, meu sonho ainda continuava vivo, e minha sede de conhecimento permanecia. Participei do Programa de Gestão Responsável para a Sustentabilidade (Fundação Dom Cabral) e, em 2009, conclui minha segunda especialização em Gestão Urbana e Planejamento Municipal. Durante todo esse percurso, entre 2004 e 2007, fui professora no período noturno de três faculdades para complementação da renda e aquisição da casa própria, até que minha filha mais nova nasceu e parei de dar aulas.

Não conseguindo ficar distante da Universidade por muito tempo, em 2010 participei do Programa Nacional de Aperfeiçoamento da Administração Pública (PNAP), que objetivava a capacitação dos servidores públicos municipais, onde, paralelamente ao Banco, exerci as funções de tutora, professora e coordenadora da Especialização em Gestão Municipal até 2016. A Gestão Pública me envolvia cada vez mais.

Em 2012, finalmente ingressei no Serviço Público Federal como Analista no IBGE, onde começou minha jornada oficial como liderança. A felicidade dessa conquista me foi roubada pela perda do meu querido pai no mesmo ano. Dois anos depois, minha mãe sofreu um AVC que a mantém acamada até os dias atuais. Para cada conquista da minha vida, um desafio se estabelecia.

No IBGE tive minha primeira experiência como líder, na supervisão estadual da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNADC) e, posteriormente, em 2015, nas Pesquisas por Empresas. Trabalhando com servidores temporários, e com o desafio de liderar sem a devida preparação, só pude contar com o conhecimento acadêmico e profissional que acumulei. Passei a liderar 18 pessoas mais experientes que eu na pesquisa e com fortes resistências à minha indicação, o que não foi trivial.

Momentos difíceis e meu primeiro teste de fogo, uma vez que precisaria aprender a gerenciar a pesquisa (uma das mais difíceis tecnicamente) e a lidar com a resistência da equipe.

Fui construindo minha base para tomada de decisões e solução de conflitos. Deixei claro que o conhecimento e experiência de cada membro da equipe era importante para que pudéssemos atingir juntos as metas e melhorar os resultados. Foram muitas reuniões e atividades voltadas para construção da confiança e da responsabilidade coletiva. Adicionalmente à capacitação técnica, desenvolvi um programa de treinamento focado no planejamento, comportamento, trabalho em equipe, gestão do tempo e de processos, identificando suas habilidades e tentando alocá-los conforme suas melhores competências.

Com os resultados alcançados, em 2018, ganhamos o II Concurso Práticas Inovadoras em Gestão do IBGE. A iniciativa foi disseminada no guia de boas práticas da organização. Nesse mesmo ano, como sugestão da própria equipe, criamos o projeto de capacitação chamado EconCine, que propunha discutir filmes com temáticas ligadas à gestão, promovendo debates no ambiente de trabalho. O projeto foi transformado em ciclos permanentes de capacitação, com a inserção de conteúdos transversais como: racismo; meio ambiente; discriminação de gênero; tecnologia; neurodivergências; etarismo; soft skills, entre outros, desenvolvendo nos servidores princípios como solidariedade, respeito à diversidade e outras competências relevantes. Durante a pandemia, a iniciativa tornou-se online e funcionou como ponte entre as diversas unidades. Colegas de outros municípios, estados, até de outros países, conseguiram participar. Incluímos no debate professores, universitários, especialistas em neurociência, historiadores, filósofos e sociólogos, numa experiência enriquecedora facilitada pelo modelo virtual.

Em 2019 ingressei no doutorado em Sociologia da UFS sem permissão para afastamento. O censo 2020 se aproximava e eu faria parte da força tarefa como Coordenadora das Reuniões de Planejamento. Cursei as disciplinas acumulando minhas funções no trabalho.

Durante a pandemia, e o adiamento do Censo, aproveitei todas as oportunidades que o mundo online me forneceu.

Uma vez que as barreiras geográficas e temporais foram derrubadas, imergi no mundo de conhecimentos disponíveis: participei de cursos e eventos na ENAP, em Universidades do Sul e Sudeste do Brasil e de outros países da América Latina. Fui me envolvendo com uma nova visão da gestão pública e uma vontade cada vez maior de fazer a diferença.

Com a trajetória até aqui relatada, ganhei o Prêmio Espírito Público 2020, categoria Gestão de Pessoas. Em 2021 ingressei no ImpactaGov, programa do Ministério da Economia (ME), que representava mais um sonho: contribuir para a administração pública, independentemente da instituição de origem, através de um modelo colaborativo, por projeto, com servidores de vários órgãos. Fiz parte do Time Volante do Projeto Bússola Normativa, assumindo logo depois a liderança, na qual permaneci até 2023, com o encerramento do projeto.

No período 2021/2022, aconteceu o Censo Demográfico. O processo de negociação com diversos atores estaduais e municipais para obtenção de apoio foi um grande aprendizado, aliado à capacitação dos Agentes Censitários e Recenseadores, supervisão de campo, relacionamento com a comunidade, relatórios e resolução de conflitos com os gestores municipais.

Em 2023, fui selecionada para o LideraGov4.0, edição especial para servidores negros. Conheci o LideraGov em sua primeira edição, exclusiva para os servidores do ME. Me inscrevi na segunda e não passei. Na terceira, comecei a inscrição e, mesmo tendo tantas realizações, as vozes que me diziam que eu queria demais ainda soavam alto: trabalhando num Censo, cursando doutorado... “se aquiete negrinha!”, desisti. Mas a resiliência que a ancestralidade nos dá se provou mais forte, a edição 4.0 surgiu e consegui ingressar nesse programa que promove grande oportunidade para nós servidores negros e servidoras negras, numa reparação histórica, desenvolvermos e aprimorarmos todas as competências que um líder público precisa ter.

Assim, 2024 tornou-se mais um ano marcante para minha consciência racial: Me doutorei orientada por um professor doutor negro e estou em vias de concluir o LideraGov, onde conseguimos formar um espaço de aquilombamento sem igual.

Há quem ache minha trajetória caótica, até mesmo aleatória, considerando a diversidade de conhecimentos acessados. No meu ponto de vista, fiz um caminho que driblava a falta de recursos financeiros, aproveitando as oportunidades disponíveis para alcançar conhecimentos que me ajudaram em todas as ocasiões desafiadoras. Ao longo da jornada, fui inserida num universo de disputa no qual minha cor e condição social transformaram-se em obstáculos para me dissuadir a seguir em frente. Tornei-me um ser inquieto, buscando fazer uma ponte robusta entre os conhecimentos das diversas áreas, pois nenhuma ciência ou formação específica é autossuficiente em seus paradigmas.

Olhando o passado, vejo que com minha história familiar aprendi valores como: resiliência; coletividade; negociação; perseverança; valor da amizade; da gratidão; do reconhecimento; do trabalho; da gestão dos recursos escassos; da colaboração; da efetividade e da afetividade.

Olhando o presente, vejo oportunidades como LideraGover, formação que ansiei receber e vibrei quando fui aprovada, de onde insurge o QuilomboGov, marcando nossa rede de resistência e assistência.

Olhando o futuro, me vejo inspirando mulheres negras, pobres, nordestinas, que se conformam com o pouco que conquistaram, a seguirem em frente.

Então, aqui estou, novamente investindo nos meus sonhos e naquilo que acredito que podemos ser: servidores públicos cada vez melhores para retribuir à sociedade todo o investimento que recebemos. Essa é a minha história.

Camila Carneiro

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DE UMA MULHER NEGRA ATUANDO NA PAUTA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Após mais de uma década atuando junto a povos e comunidades tradicionais, este texto apresenta um breve compartilhamento das minhas vivências no serviço público federal e como estas experiências estão intimamente articuladas aos desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais. Tal como eles, mulheres negras querem ser reconhecidas em suas diversidades e especificidades, mas não ser reduzida a elas. Compartilhamos o desejo de viver livre de estereótipos limitantes e usufruir plenamente de direitos. Como nos ensina Conceição Evaristo esse texto é um exercício de “escrivência”, no qual escritas subjetivas dialogam também com vivências de coletividades de mulheres negras.

Povos e comunidades tradicionais são sujeitos de direitos que reivindicam suas identidades específicas e possuem organizações territorial, social, econômica, produtiva e cultural próprias. Se por um lado apresentam aproximações com o campesinato, por outro, possuem singularidades que os diferenciam. A sociedade brasileira, em geral, e os/as gestores/as públicos, em particular, desconhecem a multiplicidade e diversidade sociocultural dos povos e comunidades tradicionais, fator que contribui para sua invisibilidade nas políticas públicas.

Tal invisibilidade está articulada ao processo de constituição do Estado moderno no país, forjado sob a colonização. O Brasil foi inicialmente organizado em torno das chamadas “plantations”, grandes latifúndios de produção de cana visando a exportação do açúcar para a metrópole, baseada no tráfico transatlântico de africanos e na escravização. As plantations se constituíram como lugar de disciplina, opressão e produção, onde os corpos negros eram controlados e subalternizados. Assim, a modernidade construiu a organização do Estado baseada na raça, distinguindo quem é humano e universal (brancos) de quem não é (negros e indígenas) e quem está autorizado a ocupar determinados espaços. O Estado nação moderno carrega as bases materiais e simbólicas do projeto colonial, em que a lógica de quem manda e quem obedece alcança o nosso cotidiano atual, mesmo após a descolonização.

Não sem acaso, cargos de liderança e gestão do serviço público brasileiro são historicamente ocupados por homens brancos. E as políticas públicas, não raramente, formuladas segundo uma perspectiva hierarquizante de humanidade, a despeito de ser sabido que raça é uma construção social e que não há nenhuma diferença biológica que justifique a diferença entre pessoas.

Há um processo institucionalizado, portanto, em que direitos consagrados na Constituição não são garantidos da mesma forma e extensão para todos.

A partir da experiência de ser um intelectual quilombola, Antônio Bispo dos Santos (2015) afirma que povos africanos e indígenas são "contra colonizadores", na medida em que resistiram à colonização e que possuem modos de vidas semelhantes entre si, opostos ao do povo branco/europeu – colonizador. São os "afropindorâmicos politeístas" e "eurocristãos monoteístas", respectivamente. Na pluralidade entre os "contra colonizadores", há o compartilhamento de formas de organização e, principalmente, de se relacionar com a terra. A terra é vista como uma ancestral, o que se manifesta no estabelecimento de uma relação comunitária, de respeito, de biointeração. E, ao contrário da relação de propriedade, domínio e exploração com o território que é estabelecida pelos europeus (SANTOS, 2015).

Com a persistência dos valores coloniais, na colonialidade a natureza é vista como algo de valor utilitário e a propriedade da terra, privada, demonstrando a centralidade do indivíduo e não da coletividade. Alternativamente, sendo a terra um bem comum para os povos e comunidades tradicionais, seus territórios são também contra coloniais, na medida em que as dinâmicas ali conduzidas se contrapõem à organização social dominante. Neste contexto, podemos observar a distinção entre o que Santos (2015) chama de colonizadores (agronegócio) e contra-colonizadores (modos de produção indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais).

Durante todo meu tempo como servidora pública, atuei na Secretaria Nacional de Segurança Alimentar. Em 2014, com a saída do Brasil do Mapa da Fome, foram realizados estudos para saber onde ela ainda persistia. O Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (MAPA INSAN), realizado nos anos de 2016 (ano referência 2014) e 2018 (ano referência 2016), identificou famílias e indivíduos que se encontravam em INSAN, cruzando dados do Cadastro Único e do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). De acordo com o primeiro relatório: "apesar de a fome já não ser mais considerada um problema estrutural, ela ainda persiste em grupos de populações tradicionais e específicas, o que demanda do Estado brasileiro ações e estratégias mais focalizadas e específicas nos territórios mais vulneráveis" (CAISAN, 2016).

O MAPA INSAN apontou que a desnutrição em crianças até 5 anos era maior em famílias indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais em relação a outras crianças do meio rural brasileiro. Ou seja, apesar do Direito Humano à Alimentação Adequada ser considerado universal – todos têm o direito de viver livre de fome. No entanto, esse pacto social para indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais vem sendo historicamente violado.

A partir desta evidência observa-se que é necessário avançar na (re)formulação de políticas públicas. Para que a universalidade do direito seja alcançada de fato, é preciso que se reconheçam as diferenças e especificidades dos cidadãos. Assim, considerando o caráter multirracial e multiétnico da sociedade brasileira, é importante que na implementação das ações e programas de promoção da segurança alimentar, os conhecimentos e práticas de manejo tradicionais, bem como a cultura alimentar dos povos e comunidades tradicionais sejam reconhecidos e valorizados. Há que se perguntar como, a despeito de tanto tempo e de evidências, ainda permanece como um desafio atuações mais robustas do Estado brasileiro voltada para os povos e comunidades tradicionais.

Rios (2007) mostra que no período pós abolição, com o fim da escravidão e um rápido processo de urbanização em curso no país, emergiu uma multiplicidade de relações de trabalho e de sociabilidades. Apesar das relações conterem uma gama de diversidade de contratos, relações de trabalho e com a terra entre si foram inicialmente colocadas sob o guarda-chuva de "população rural". Historicamente, portanto, as políticas públicas de promoção da segurança alimentar meio rural, de inclusão produtiva e de desenvolvimento rural sustentável foram formuladas para a categoria "agricultura familiar". Ou seja, prevaleceu e prevalece ainda hoje na elaboração de programas e políticas públicas um olhar homogeneizante sobre a população rural brasileira.

No que se refere à diferenciação entre os povos e comunidades tradicionais e os agricultores familiares, a questão central para os primeiros é a presença marcante e significativa de valores civilizatórios das culturas africanas e indígenas. Ainda que tenham passado pelo processo de colonização, os territórios tradicionais podem ser vistos como espaços onde (re)existem e são recriados elementos e valores estruturantes da matriz africana no Brasil, especialmente a partir do encontro com as matrizes indígenas.

Nesse contexto, povos e comunidades tradicionais são rotineiramente tratados como resquícios do passado e de forma estereotipada. E sempre que não correspondem a eles, têm suas identidades étnico-raciais questionadas.

O Estado brasileiro, historicamente influenciado por uma visão ocidental e colonizadora, baseia-se no binarismo e busca uma definição uniforme da identidade das pessoas, famílias e grupos sociais. A diversidade nas identidades é vista como um dificultador no acesso a políticas públicas, uma vez que se exige das comunidades tradicionais a escolha por uma identidade única. No entanto, ao adotarmos uma perspectiva baseada na equidade, podemos acolher a pluriversalidade dos povos e comunidades tradicionais – que ao mesmo tempo são pescadores, extrativistas, agricultores, quilombolas, ribeirinhos e raizeiros. Reconhecer e valorizar essa multiplicidade na gestão pública, na formulação e na implementação de políticas públicas podem ampliar o acesso a bens e serviços, com identidades diversas plenamente compreendidas e respeitadas. Apostar na identidade monolítica significa prosseguir na herança colonizadora e, portanto, na hierarquização das formas e extensão dos direitos constitucionais.

Após 11 anos no serviço público federal exclusivamente dedicada pauta da segurança alimentar e nutricional de povos e comunidades tradicionais, percebo como racismo estrutural e institucional vivenciado por essas comunidades se entrelaçam e se misturam com os racismos por mim enfrentados. Se recaem sobre mim os estereótipos de mulher negra, preciso lidar constantemente também com aqueles atribuídos aos povos e comunidades tradicionais. Recai sobre mim, portanto, uma dupla tarefa de desconstrução.

Do ponto de vista prático, e apesar das dificuldades, me inspiro em Nêgo Bispo. Além de atuar diretamente com as diversas comunidades, sentando para ouvir o que elas têm a dizer sobre suas histórias, memórias, percepções de mundo, também passei boa parte da minha vida me dedicando a compreender os valores que organizam, identificam e diferenciam os povos e comunidades tradicionais da agricultura familiar.

Percebo que é importante um mínimo de letramento racial (além de empatia e sensibilidade) para atuar com comunidades tradicionais, sem cair nas armadilhas de reducionismos, assistencialismos e olhares etnocêntricos. Nesses anos de exercício profissional,

inclusive, me pego pensando por que recai sobre mulher negras o papel de explicar sobre opressões e desigualdades históricas, bem como de humanizar e cuidar de grupos tradicionalmente invisibilizados. E no exercício da dúvida e da imaginação, permanece a pergunta: e se fosse um homem, seria ele tão questionado sobre as necessidades de ações específicas e diferenciadas para povos e comunidades tradicionais?

Importa ainda compartilhar que ao falar e propor reflexões acerca da importância desse atendimento priorizado e diferenciado para a garantia do direito humano à alimentação adequada para povos e comunidades tradicionais, na maioria das vezes passo a ser vista como representante dessas comunidades e não como uma servidora pública federal que está realizando suas atribuições. Parafraseando Sojourner Truth que questiona se mulheres negras não seriam uma mulher, com sua célebre frase: “E eu não sou uma mulher?”, muitas vezes já me perguntei e eu, mulher negra que trabalho para garantir direitos a povos e comunidades tradicionais: “Eu não sou uma servidora pública?” Devo ser confundida e/ou ocupar apenas o espaço de sociedade civil/militante?

É possível observar como a partir de 2023 voltou a aumentar a concentração de mulheres e pessoas negras na Esplanada, motivada especialmente pela (re) criação dos Ministérios das Mulheres e da Igualdade Racial. O que aponta para a reflexão de porque as pautas chamadas como identitárias ou de minorias são ocupadas apenas por pessoas pertencentes a esses grupos sociais. Se por um lado é importante que essas pessoas ocupem esses lugares, é igualmente relevante expandir a compreensão de “lugar de fala”. É claro que não esperamos um homem e um branco nos cargos de lideranças dos Ministérios da Mulheres e dos Ministérios da Igualdade Racial, mas em relação aos cargos técnicos, por que apenas servidores de carreira mulheres e negros se interessam pelas pautas de gênero e racial? Servidores e servidoras de carreiras negros não teriam interessante e competência para ocupar cargos de liderança em outras pastas e temas? Porque segue sendo muito baixo o número de mulheres negras em cargos de lideranças independente da pauta ser gênero e/ou raça?

Vilma Piedade criou o conceito de “Dororidade” para destacar que mulheres negras compartilham dores e logo uma empatia por saberem o que é experimentar um lugar de invisibilidade e não escuta marcados por seus traços

e cor da pele. Mulheres negras só teriam a contribuir no serviço público brasileiro a partir da sua dororidade? Trabalhando especialmente em pautas a partir da compreensão do que é ser historicamente excluído da sociedade? É muito importante que as experiências possam ser levadas em consideração, mas que não sirvam para limitar lugares e pautas que mulheres negras podem ocupar.

Escrever esse texto, como diz bell hooks, é uma das formas de teorizar. Teorizar em primeira pessoa é uma prática em busca da liberdade e do autocuidado. É uma maneira de existir e resistir com

E das coisas mais importantes que aprendi com os povos e comunidades tradicionais é a importância de seguir com alegria, apesar de todos os embates e enfrentamentos diários que atentam não só contra a integridade física, como também mental e emocional de todos e todas as pessoas as negras, indígenas e de povos e comunidades tradicionais neste país, ser manter vivo e alegre é forma de enfrentamento. Pois, como nos lembra Conceição Evarista, eles combinaram de nos matar, mas a gente combinou de não morrer.

E por todas as mulheres negras que vieram antes de mim e abriram caminho para que hoje eu estivesse onde estou, sigo na busca por lutar e decolonizar o fazer e implementar políticas públicas no Brasil até que todos e todas estejam livre de fome, miséria e/ou violência.

Referências Bibliográficas

BRASIL. 2016. Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional. <https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/monitoramento-da-san/mapa-insan>

BRASIL. 2018. Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional. <https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/monitoramento-da-san/mapa-insan>

RIOS, Ana Maria Lugão. Campesinato negro no período pós-abolição: repensando o movimento, a luta e o voto. Cadernos IHU Ideias nº 76, UNISINOS, 2007.

SANTOS, Antonio Bispo dos. Colonização, Quilombos: modos e significações. Brasil

Camila de Souza Gomes

Enfermeira / Secretaria Municipal de Saúde/ RJ, Divisão de Ações e Programas de Saúde/DAPS-
-Sala lilás IML Campo Grande, Coordenação Área Programática(CAP) 5.2

Kelly Curitiba Pimenta de Carvalho Queiroz

Assistente Social LideraGover 4.0 (INTO/MS) / Secretaria Municipal de Saúde/ RJ, Divisão de
Ações e Programas de Saúde/DAPS, Sala lilás IML Campo Grande, Coordenação Área Programática(CAP) 5.2

Tatiana Maria Araújo da Fonseca

Assistente Social LideraGover 4.0 (INTO/MS) / Secretaria Municipal de Saúde/ RJ, Divisão de
Ações e Programas de Saúde/DAPS, Sala lilás IML Campo Grande, Coordenação Área Programática(CAP) 5.2

MULHERES NEGRAS NO SERVIÇO PÚBLICO E O ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO RIO DE JANEIRO

Esse artigo é uma breve contribuição acerca do protagonismo de servidoras públicas no cotidiano de trabalho que nos remete diariamente a escuta empática de situações de violência doméstica que chegam na Unidade de saúde Sala lilás no IML de Campo Grande – Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Somos mulheres negras, de origem periférica, profissionais de saúde com mais de 10 de serviço público municipal. Uma Assistente Social e duas Enfermeiras. Somos um construto do SUS no que se refere à acesso à direitos de saúde de mulheres. Nossas histórias de vida nos colocam na cena pública como mulheres da mesma classe trabalhadora e com o mesmo recorte de gênero e racial. Do ponto de vista interseccional é importante salientar nosso lugar na cena histórica.

Antes de apresentar esse relato de experiência oportunizado pelo Julho das Pretas promovido pelo MIR, cabe um breve percurso sócio-histórico sobre o fenômeno da violência de gênero, bem como apresentar o projeto sala lilás.

Em 2023, no Estado do Rio de Janeiro, aproximadamente 125 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica. Entre essas vítimas, mais de 60% eram mulheres negras. A maioria das agressões ocorreu no ambiente doméstico e os agressores eram, em grande parte, cônjuges ou ex-cônjuges. O Atlas da Violência 2023, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), traz dados significativos sobre a violência doméstica contra mulheres negras no Brasil. Em 2023, a taxa de homicídios de mulheres negras foi de 4,3 por 100 mil habitantes, comparada a 2,0 para mulheres não negras. A faixa etária mais afetada está entre 30 e 39 anos, com variações regionais importantes, sendo o Nordeste e o Norte as regiões com maiores índices de violência.

Segundo o mesmo Atlas, as mulheres negras mais jovens são as principais vítimas de violência doméstica. A faixa etária mais afetada é entre 20 e 29 anos, seguida pelas mulheres entre 30 e 39 anos. Mulheres idosas também sofrem violência, mas em menor proporção comparada às mais jovens. O Atlas da Violência também destaca que a vulnerabilidade das mulheres negras jovens é exacerbada pela interseção de fatores como racismo, pobreza e desigualdade de gênero.

O projeto Sala Lilás nasce com a necessidade do Judiciário (através da Juíza Adriana Ramos Mello) para a criação de um espaço para acolhimento às mulheres vítimas de violência familiar e doméstica, visto os dados crescentes desta violência e ausência, deste espaço especializado, no campo da saúde e segurança pública. Assim foi criado um convênio entre a Polícia Civil, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a Secretaria Estadual de Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde (Gerência Área Técnica Saúde da Mulher) e o Rio Solidário. A primeira Sala Lilás do Estado do Rio de Janeiro foi inaugurada em 5 /12/ 2015, no Instituto Médico-Legal (IML) Doutor Afrânio Peixoto, no centro do Rio de Janeiro. A segunda foi inaugurada em 11/09/2018, no IML de Campo Grande, zona oeste, Rio de Janeiro, onde, esta, atualmente está vinculada a Coordenação de Área Programática 5.2, e desde sua inauguração até 2023, realizaram 5.757 atendimentos às pessoas em situação de violação de direitos. A priori, o projeto era direcionado para atendimentos às mulheres vítimas de violência doméstica, contudo, as demandas de outras formas de violências infundiram-se e o projeto estendeu o atendimento às violências sexuais a crianças e adolescentes, população LGBTQIAP+.

Então, atualmente, a sala atende todas as formas de violências e todos os ciclos de vida. Sua missão é qualificar o atendimento às pessoas em situação de violência, viabilizando o acesso à rede intra e intersetorial de saúde e proteção. O objetivo da Sala Lilás é prestar um atendimento especializado e humanizado às pessoas vítimas de violência física e sexual que comparecem ao exame pericial no Instituto Médico Legal, com posterior inserção destas na rede atendimento. A equipe é composta por duas Enfermeiras e uma Assistente Social, onde, realizam o acolhimento com levantamento dos riscos de saúde e vulnerabilidades sociais, com implementação de protocolos de saúde, acionamento/ inserção destas na rede intra e intersetorial de proteção.

No ano de 2023, dos 1517 atendimentos de violências, físicas e sexuais realizados na sala Lilás de Campo Grande, entre mulheres de 18 a 59 anos, 786 foram de mulheres negras, sendo 558 pardas e 228 pretas, respeitando o critério de autodeclaração estabelecido pelo IBGE utilizado no preenchimento da Ficha de Notificação Individual do Sistema de Notificação de Agravos de Notificação (SINAN) sob orientação do Ministério da Saúde (2015, p.26).

Esse pano de fundo é um cenário ampliado do que nós cotidianamente atendemos na Sala Lilás de Campo Grande, onde, o aumento da violência e carência de serviço especializado, humanizado para acolher este público na zona oeste, principalmente, dentro do espaço de segurança pública, como é o caso de IML, em que as vítimas se encontram muito fragilizadas e desinformadas acerca da rede atendimento especializado às mulheres. Assim, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde/RJ, houve um aumento significativo nos números de notificações sanitárias (ficha SINAN) e as salas lilases, estariam entre as principais unidades notificadoras no município do Rio de Janeiro, a exemplo, o aumento de notificações da Sala Campo Grande que em 2019 apresentou 812 casos para 1.517 casos em 2023.

O projeto traz inovação na abordagem interdisciplinar, no uso de cartilhas e instrumentos de encaminhamentos a diferentes políticas públicas, na orientação sobre as profilaxias e outros temas, direitos ainda desconhecidos pela maioria da população, inovação no trato humanizado dentro de uma atmosfera policial que ainda cria vergonha e medo em muitas mulheres, na produção de dados epidemiológicos através do uso da Ficha SINAN e da possibilidade de orientação de políticas públicas de saúde para mulheres, crianças e adolescentes.

Contextualizando o trabalho da equipe sala lilás em quase 7 anos de funcionamento; é claramente possível perceber o quanto essa realidade está próxima de nós, servidoras atuantes em um serviço especializado em atendimento às mulheres em situações de violências, considerando as desigualdades de classe, gênero e raça presentes no relato das mulheres vítimas de violências que atendemos cotidianamente.

Os caminhos percorridos por essas mulheres na rota crítica da violência são atravessados por relatos de racismo, preconceito, discriminação e violências institucionais atrelados a condição de gênero e tipo de violência.

Para tanto, entendemos que a escuta empática e ativa, conhecimento da rede com efetiva articulação entre os serviços, bem como, o conhecimento técnico-científico aliado ao perfil do profissional são de suma importância para qualificar o atendimento de acordo com sua complexidade e diversidade.

Nesse ano de 2024 tivemos um reconhecimento de nosso compromisso ético e de nosso trabalho acumulado, que nos colocou como uma das três finalistas pelo Prêmio Espírito Público na área da Saúde; cuja premiação foi no dia 24/07/24.

Por fim no contato diário experienciamos a escuta dos relatos destas mulheres, e torna-se importante trazer a reflexão sobre o fato de sermos profissionais especializadas nos atendimentos às situações de vulnerabilidades. Isso não nos torna imunes à exposição da violência racial, de gênero e doméstica, uma vez que a densidade do tema reflete o contexto sociocultural em que também estamos inseridas. A luta por uma sociedade antirracista, antissexista, anticapacitista e com menos violências, faz parte de uma agenda pública onde nós mulheres negras trabalhadoras do SUS somos agentes diretas e provocadoras de mudanças.

Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.

Angela Davis

Bibliografia:

BRASIL. Instrutivo Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <https://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/fevereiro/16/instrutivo-ficha-sinan-5-1-vers-o-final-15-01-2016.pdf>.

IPEA. Atlas da Violência. Série Histórica. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>. Acessado em 01/07/2024.

REPUBLICA.ORG. Prêmio Espírito Público. Disponível em: <https://premioespiritopublico.org.br/sala-lilas-campo-grande-um-espaco-publico-de-acolhimento-as-pessoas-em-situacao-de-violencia-domestica-e-sexual-no-instituto-medico-legal-na-zona-oeste-do-rio-de-janeiro>.

Cirlei Evangelista Silva

Professora do Instituto de Psicologia
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

SER PROFESSORA, PSICÓLOGA, MULHER E NEGRA NO ENSINO SUPERIOR: BUSCANDO DESATAR OS NÓS

*Olhe para o laço
do seu cadarço
Quando foi a
última vez que você se perguntou:*

*Como eu aprendi a dar esse laço?
Quando foi que
te ensinaram a dar laço dessa forma?
Já tentou fazer
diferente?
Sem perceber
esse laço virou nó...*

Nós nos aprisionamos e só com muito esforço conseguimos soltá-los.

Laços e Nós - Milena

Para responder ao convite para refletir sobre minha trajetória como profissional negra no serviço público do nosso país, inicialmente trago este trecho do poema Laços e Nós, de Milena Mizuta, que nos propõe a questionar nossos saberes arraigados, resgatar nosso processo constitutivo e suas influências e sermos propositivos buscando transformações. Estes foram os aspectos que serviram de inspiração para minha apresentação neste texto e com os quais vou dialogar para contar sobre como ser uma Professora, Psicóloga, Mulher e Negra no Ensino Superior.

Tudo começa em Ipatinga, uma cidade do interior de Minas Gerais, marcada pela presença de uma grande indústria siderúrgica em seu território. Meu pai foi operador de alto forno nessa empresa e minha mãe dona de casa, sendo que ambos possuem pouca escolaridade por não terem tido oportunidade de estudar devido à condição financeira da família à época. Sou a caçula de seis filhos e já entrei alfabetizada na escola, visto que minha irmã mais velha se incumbiu desta tarefa diante da minha insistência em frequentar a escola, mesmo não tendo idade para tal. Acredito que, desde muito cedo, já vislumbrava a possibilidade de ser professora, pois minhas brincadeiras eram sempre neste sentido, ainda que não tivesse referências na família. Frequentei meu percurso escolar no Ensino Fundamental 1 e 2 em uma escola pública estadual que oferecia um ensino de qualidade, com professores e equipes pedagógica e administrativa dedicados e comprometidos com o processo de aprendizagem dos estudantes.

Tenho lembranças significativas desse tempo e considero que muito do que sou hoje, enquanto docente, advém do incentivo à aprendizagem, à leitura, à escrita, à curiosidade, à reflexão sobre o contexto e a realidade cotidiana, à interação e à socialização com os colegas durante as aulas, nas quais tinham jogos e diversão. Ademais era uma escola situada no bairro em que meus vizinhos e eu morávamos, bem como muitos professores, o que nos permitia conviver não somente no ambiente escolar, mas também no clube, na igreja e nas atividades sociais e nas brincadeiras realizadas na rua e na praça do bairro.

Estávamos sempre próximos, o que me permite afirmar que eu me sentia acolhida pelo grupo e parecia ter o respeito de todos (vizinhos, colegas, professores, funcionários) por ser considerada muito inteligente e me sair muito bem nas atividades esportivas e nas avaliações escolares. Já no Ensino Médio estudei em escola particular, com bolsa oferecida pela prefeitura da cidade, já que não tinham escolas públicas que oferecessem este nível de ensino. Assim, me deparei com um novo espaço não tão acolhedor, novos colegas de diferentes históricos socioeconômicos e com uma divisão entre bolsistas e não bolsistas, uma diversidade maior de conteúdos e desafios pelos quais ainda não tinha vivenciado, como a escolha de qual carreira seguir.

Percebo que, para mim, predominou o que ainda marca atualmente a população negra que é a concepção de educação voltada para o trabalho, pois eu precisava trabalhar para contribuir com a renda familiar. Escolhi o curso profissionalizante Técnico em Administração visando atender, então, às necessidades de empregabilidade e financeiras, como todos os meus irmãos já tinham feito anteriormente. Minha lembrança mais marcante é de uma professora que lecionava uma disciplina de Psicologia, visto ter sido este o momento de minha apresentação e encantamento a esta área a qual eu tenho me dedicado nos últimos 30 anos. Mas, é importante dizer que até meu ingresso no segundo ano do Ensino Médio, eu nunca tinha ouvido falar em universidade pública, no curso de Psicologia, e que isso somente foi possível pelo fato de um irmão mais velho que eu ter sido convidado para trabalhar em Uberlândia/MG.

Considero este o marco que mudou totalmente o rumo de minha vida, pois ele descobriu a UFU e me incentivou muito durante dois anos a prestar o vestibular nesta universidade. Assim que cheguei, consegui uma bolsa de estudos em um cursinho particular da cidade,

que foi um espaço no qual vivenciei a invisibilidade social, sendo que minha única relação interpessoal construída foi com uma colega também negra. Estava tão focada em meu objetivo de estudar em uma universidade pública que naquele momento não compreendi como aquela situação negava a minha existência e a racialidade.

Finalmente obtive minha aprovação e comecei a me tornar a primeira pessoa de toda a minha família a cursar o Ensino Superior! Na década de 90, ainda sem cotas, ingressei no curso de graduação em Psicologia da UFU, local onde hoje eu atuo enquanto docente!

Fui uma estudante muito dedicada participando de todas as atividades possíveis: de extensão, fui bolsista de monitoria e de iniciação científica, fiz estágios nas três áreas que o curso oferecia, inclusive remunerado, participei de grupos de estudos e, também, como contribuinte para meu processo formativo, não posso me esquecer dos momentos de socialização com a turma, normalmente realizados em minha casa e que me deixaram memórias e histórias de um tempo muito bom. Mas, não posso deixar de apontar para o sentimento de não pertencimento que eu tinha com o curso e com aquele contexto, visto que tinham pouquíssimos estudantes negros e somente uma docente negra que agora, ao procurar informações atuais sobre ela, descobri que na década de 80 ela fez sua dissertação sobre a discriminação do negro no Brasil. Considero que tive uma formação ampla, mas que já me encaminhava para a área que posteriormente escolhi seguir: a Psicologia Escolar e Educacional. Acredito que a maneira positiva como sempre me relacionei com a escola, com o meu processo de aprendizagem, com muito desejo de aprender, gostando de estar na escola e de estudar, junto ao meu desejo de trabalhar em algo no qual eu pudesse contribuir para mudanças e transformações sociais, foi o que me moveu.

Importante ressaltar que tão logo finalizei minha graduação, iniciei minha atuação profissional em uma empresa, visando ter um emprego com salário fixo, sem considerar a continuidade de minha formação na área acadêmica, ainda que já demonstrasse interesse, gostasse de realizar atividades e tivesse professores e colegas que me incentivassem a já me enveredar por esse caminho. Mas não durou muito e dois anos depois retorno para fazer o curso de Especialização em Psicopedagogia e,

na sequência, o Mestrado em Educação, este realizado com bolsa integral durante os 2 anos, o que me permitiu investir em minha formação para a docência no Ensino Superior, espaço que eu já almejava alcançar.

Minha primeira experiência como docente no serviço público foi como professora substituta por 2 anos, tendo chegado lá jovem, cheia de sonhos e com uma vontade enorme de fazer a diferença. Logo que ingressei vivenciei situações de discriminação nas quais pessoas questionavam minha posição como docente com atitudes como: entrando na sala de aula e mesmo me vendo na mesa de professor, perguntar para a turma quem era o docente ou mesmo ingressar na sala comigo ministrando aula à frente sem pedir licença, por entender que não havia professor ali. E isso ficava notório ao perceber a surpresa das pessoas quando eu me identificava ou era identificada pelos estudantes como tal. Momentos em que precisei exercitar a resistência e resiliência!

Enfim, durante a realização do meu doutorado, em 2009, iniciei minha atuação profissional, a partir de minha aprovação no concurso público para ocupação de vagas do REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), programa criado pelo governo federal em 2007. Sou integrante do Núcleo de Psicologia Escolar e Educacional e atuo nos cursos de Psicologia e de licenciatura da UFU desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, sempre muito engajada e disposta a contribuir em todas as atividades que possam favorecer a formação dos estudantes respeitando-os em sua subjetividade.

Cabe aqui esclarecer que considero vivenciar dois mundos diferentes: o do curso de Psicologia considerado elitista, pouco inclusivo, com uma presença minimizada de estudantes negros, no qual as temáticas étnico-raciais não estão como foco de diálogos, discussões e ações propositivas para a superação do racismo neste contexto educacional. Nesse caso, acabamos por formar profissionais psicólogos que desconsideram a totalidade do ser humano ao não compreendê-lo em sua diversidade; concomitantemente, os cursos de licenciatura que possuem uma considerável presença da população negra são vistos como de pouca qualidade e valorização, que não possui em seus currículos e em seus espaços educacionais propostas que permitam aos estudantes refletirem sobre a realidade e o cotidiano, de maneira a pensar em alternativas que

possam contribuir para a superação do racismo e para a transformação social.

Ainda que ouçamos críticas e vivenciemos a desvalorização da educação, acredito que a sala de aula e o espaço institucional educativo são locais que colaboraram efetivamente para o processo de transformação social. E no que se refere ao racismo, percebo que minha presença enquanto docente negra nos diferentes espaços de formação dentro do meu instituto e da universidade contribui para a identificação e para o fortalecimento étnico-racial de jovens afrodescendentes, bem como os incentiva a também ocuparem esse espaço considerado socialmente branco. Nessa perspectiva, destaco que a minha presença na universidade também provoca manifestações afetivas e positivas de estudantes e técnicos que fazem parte da comunidade acadêmica, tendo um valor simbólico significativo. Nos últimos anos, em decorrência das cotas na universidade, temos tido entradas de estudantes negros, e muitos conversam comigo afirmando o quanto ficaram felizes por terem uma professora negra; ou que decidiram realmente serem docentes em razão de terem sido meus alunos; ou mesmo que se lembram de mim e de minhas aulas mesmo após anos de formados.

Por outro lado, observo que dentro do contexto universitário marcado pela maioria de docentes que se identificam com o gênero masculino, as professoras têm sua ascensão profissional comprometida e questionada, haja visto que estão sempre precisando comprovar sua competência e lutando sempre para serem ouvidas. Assim, se a raça já era um complicador, quando somada à questão de gênero nos conta sobre o quanto é complexo ser professora e negra no Ensino Superior.

Em minha vivência consigo perceber estes aspectos, especialmente, na atuação em cargos de gestão. Considero minha história não diferente da maioria das mulheres negras no Brasil que foi construída através de muita luta, sabedoria, resiliência, perseverança e muita vontade de ajudar na construção de uma sociedade digna para todos e com menos desigualdade de raça e de gênero. E estar atuando no campo da educação é ainda mais desafiador, considerando-a uma via para ultrapassar tudo aquilo que impede o alcance deste objetivo.

Neste sentido, gostaria de ressaltar que por atuar mais diretamente com a formação de psicólogos e professores reconheço ser importante refletir com

estes futuros profissionais a necessidade de compreenderem a educação, a formação e o desenvolvimento pessoal e profissional como possibilidades de buscarem além da igualdade de oportunidades, uma atuação mais pautada na equidade e diversidade, podendo transformar não somente a si mesmos, mas a vida de todas as pessoas que cruzarem, em algum momento, suas trajetórias.

Por fim, precisamos atuar desatando os nós de tudo aquilo que nos aprisiona e contribuir para a formação de profissionais que possam participar do debate sobre a racialização, que possa reconhecer as diferentes formas de exclusão, que seja consciente de que o contexto educacional é um lugar privilegiado para a convivência com as diferenças e para a construção de práticas concretas que sejam contrárias à exclusão e à segregação.

Priscila dos Santos Salles

Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Chefe do Escritório de Corregedoria da Receita Federal em São Paulo

REFLEXÕES SOBRE MINHA TRAJETÓRIA NO SERVIÇO PÚBLICO NESTE 25 DE JULHO DE 2024

Ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional, sempre senti um incômodo que, por muito tempo não soube nomear. Hoje entendo que era o desconforto de, na maioria das vezes, ser a única mulher negra nos espaços que frequentei. Essa realidade ainda não mudou, mas atualmente tenho consciência sobre a importância de ocupar esses espaços e me empenho em influenciar meus círculos sociais, a fim de que isto facilite o caminho para outras mulheres negras.

Tenho 40 anos e desde 2010 ocupo o cargo de Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB). Sou filha de uma mulher negra, que, com sacrifício, foi a primeira da sua família a ingressar no ensino superior. Posteriormente, foi aprovada em um concurso público de alto nível e assim pode proporcionar uma vida mais confortável para si e seus filhos. Minha mãe é um grande exemplo de mulher batalhadora e sonhadora, que conseguiu derrubar barreiras.

Meus pais sempre priorizaram minha educação, proporcionando acesso a um ensino de qualidade e atividades extracurriculares, como esportes e aulas de língua estrangeira. Minha primeira graduação foi em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, entre 2002 e 2007. Apesar da afinidade com a Arquitetura, no início da vida adulta percebi a importância de ter um trabalho que me proporcionasse estabilidade e um bom retorno financeiro, o que me levou ao caminho do concurso público.

Na minha infância e juventude, a questão racial não era uma pauta discutida em casa, e o contexto social, histórico e cultural da população negra não era abordado pelos professores. Na Receita Federal, novamente enfrentei o desconforto da infima representatividade de mulheres negras. Por volta dos 30 anos comecei a me aprofundar no letramento racial e sigo evoluindo neste aprendizado diariamente.

Em 2019, após 9 anos como Auditora-Fiscal, fui convidada a ocupar um cargo de confiança na Corregedoria da RFB. A função exigia alto nível técnico e habilidades de gestão de pessoal, já que a equipe contava com aproximadamente 50 servidores. Aos 35 anos, avalei que era o momento propício para encarar o maior desafio da minha vida profissional.

Poucos meses após assumir o cargo, foi declarada a pandemia mundial de Covid. Todos os servidores foram orientados a permanecer em home office,

o que trouxe impactos significativos para a dinâmica do trabalho. Pessoalmente, foi um período delicado, pois me vi solitária e tive que me adaptar rapidamente, além de adquirir novas competências técnicas e gerenciais.

Decidi fazer um MBA em Gestão Contemporânea, na Fundação Getúlio Vargas, e escolhi o tema da liderança feminina para o meu Trabalho de Conclusão de Curso. As pesquisas revelaram dados preocupantes e apontaram para a quase ausência de mulheres no alto escalão da Receita Federal, indicando a necessidade de ações para promover a ascensão feminina a níveis hierárquicos estratégicos.

A falta de diversidade de gênero e raça na carreira de Auditor-Fiscal reflete nos cargos estratégicos. Um estudo de 2020 do Nexo Jornal apontou que, naquela época, o cargo de Auditor-Fiscal contava com 24% de mulheres, ficando atrás apenas do cargo de Delegado da Polícia Federal, que tinha 15% de mulheres. Sob a perspectiva racial, 13% dos Auditores eram pessoas negras, superando apenas o cargo de Diplomata com 11%.

De acordo com o Observatório da Presença Negra no Serviço Público, a carreira de Auditor-Fiscal da RFB conta com 7.851 servidores, dos quais 1.481 são pessoas negras, sendo que as mulheres negras são apenas 316, ou seja, 4% do total. Em 2023, aconteceu o primeiro concurso para o cargo com cotas raciais, mas ainda há muito a ser feito para trazer maior diversidade para a carreira.

Apesar dos dados alarmantes, foi valioso realizar um estudo acadêmico sobre problemas estruturais da nossa sociedade, como a falta de diversidade, e pensar em como promover a liderança feminina e diminuir a discriminação de gênero.

Ao olhar para a minha trajetória profissional, percebo que cada vez mais busco realizar um trabalho alinhado com meus valores pessoais e com as causas que defendo. Tornar-me servidora pública foi um passo importante para esse entendimento, e ingressar na Corregedoria reforçou esse ideal, considerando o propósito da área de promover a integridade, combater a corrupção e coibir comportamentos inadequados no trabalho.

Recentemente, o combate a comportamentos abusivos e discriminatórios tem sido tratado com maior seriedade nos órgãos públicos.

Na Corregedoria da RFB, tenho a satisfação de coordenar o Integritas, um núcleo criado para prevenção e enfrentamento do assédio sexual, assédio moral e discriminação, reforçando a importância da diversidade, inclusão, representatividade e respeito ao próximo.

Há algumas semanas, organizamos uma roda de conversa do Integritas sobre racismo estrutural com um grupo de aproximadamente dezoito pessoas, sendo apenas duas negras. Foi uma ação simples, que possibilitou grande aprendizado. Para mim, foi um espaço para ser ouvida e dividir com pessoas não negras como o racismo opera. Para outros, foi uma oportunidade de entender melhor como a nossa sociedade está estruturada, encarar situações que não fazem parte do seu cotidiano e se tornar aliados na luta contra o racismo.

Cada vez mais me sinto motivada a usar as ferramentas à minha disposição para enfrentar o racismo e a desigualdade de gênero. Muito disso devo à oportunidade de participar do LideraGOV, um programa de liderança de alto nível com professores qualificados, construído em uma parceria do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), do Ministério da Igualdade Racial (MIR) e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

A turma 4.0 do LideraGOV se tornou uma importante ação afirmativa que está formando os novos líderes negros do serviço público federal. Estou realizada por viver essa experiência, pois pela primeira vez não sinto o desconforto de estar sozinha. Participo de uma turma composta por 50 potências negras, aprendendo diariamente com colegas incrivelmente capacitados e pessoas maravilhosas.

Ainda há muitos desafios. Em junho de 2024, tive a honra de representar a Receita Federal no Fórum sobre Igualdade de Gênero promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em Paris. Foi uma oportunidade singular na minha carreira, pois pela primeira acompanhei a discussão em nível internacional, observando perspectivas diferentes sobre o mesmo assunto. No entanto, fui a única participante negra do Brasil e, no geral, as mulheres negras estavam sub-representadas no evento.

Nos painéis, as discussões abordaram o impacto das mulheres nas transformações da era digital e nas mudanças climáticas, mas o recorte racial foi pouco explorado. No Brasil e no sul global, a interseccionalidade de gênero e raça

é muito presente quando se fala em equilíbrio de gênero, mas como trazer essa discussão para o nível global, já que os ganhos trazidos pela diversidade no âmbito econômico já foram amplamente demonstrados?

Neste dia 25 de julho de 2024, que celebra o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, agradeço ao Ministério da Igualdade Racial pela oportunidade de compartilhar minha trajetória profissional. Espero inspirar outras pessoas e aplicar meu conhecimento em ações concretas que colaborem para que mais mulheres negras ocupem espaços de prestígio, que favoreçam sua ascensão.

Pretendo sempre trabalhar na promoção de novas ações afirmativas capazes de mudar o cenário de desequilíbrio racial e de gênero, para que o poder de tomada de decisão não esteja mais centrado em grupos predominantemente masculinos e brancos. Espero me consolidar como uma liderança que atua em prol da criação de oportunidades para mulheres negras, além de ser um exemplo de representatividade para outras pessoas. Acredito que assim poderei contribuir continuamente na luta contra o racismo, pela equidade e diversidade de gênero.

Mychelle Alves Monteiro

Pesquisadora em Saúde Pública e Chefe de Laboratório de Medicamentos, Cosméticos e Saneantes

Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

TRAJETÓRIA DE UMA MENINA NEGRA ATÉ CHEGAR À PESQUISADORA EM SAÚDE PÚBLICA DA FIOCRUZ

Mulheres negras representam a maioria da população brasileira, segundo o Censo do IBGE em 2022, compõe mais de 60 milhões, representando 28,5% do total. As mulheres negras no Brasil estão em maior situação de vulnerabilidade, e enfrentam questões e obstáculos que outros grupos da sociedade não enfrentam, como o racismo e machismo ao mesmo tempo. As mulheres negras por séculos no Brasil, desde o período da escravização, estão sujeitas ao cuidado de várias formas, principalmente o familiar. E muitas das vezes acabam exercendo trabalho informal, pois se dividem entre o trabalho doméstico, cuidado dos filhos e filhas, cuidados dos familiares, entre outros. Elas estão na base da pirâmide social, com desvantagens sociais e econômicas, passando por opressões que geram más condições de vida e falta de oportunidades, principalmente de trabalho e educação.

A Menina Negra ousou a sonhar

Em 07 de dezembro de 1979, nascia Mychelle Alves Monteiro, filha de Maria Izabel Alves e Ernani Monteiro, irmã de Marcelle e Jean Paulus. Mas antes de dar sequência sobre a minha trajetória é importante destacar a minha origem, onde a minha família materna até o início da década de 1970 morava em uma favela chamada Parque Proletário da Gávea, na zona sul do Rio de Janeiro, e em 1971 passou por um processo de remoção, de forma arbitrária, onde toda a família foi dividida em diferentes conjuntos habitacionais na cidade do Rio de Janeiro. Retomando aqui a minha trajetória, a menina negra que desde a sua concepção até a fase adulta morou no Conjunto Habitacional Soldado Elias dos Santos, conhecido como Pom-bal de Cascadura, no subúrbio carioca, no bairro de Cascadura, e teve a infância até a pré-adolescência em um ambiente onde havia tráfico de drogas, onde presenciei a violência do Estado e assassinatos de amigos, além de alguns amigos se tornando dependentes químicos. A menina Mychelle estudou de 1984 até 1994 na Escola Municipal Senador Francisco Gallotti dentro do conjunto habitacional onde morava, desde o antigo jardim de infância I até a oitava série. Mychelle sempre gostou de estudar, era uma das melhores alunas da classe e sempre se destacava em todas as matérias. Ainda cursando o ensino fundamental, eu tinha um grande sonho em estudar no Colégio Pedro II, então desde os meus 9 anos tinha muita determinação, e sabia que somente a Educação poderia transformar a minha vida e consequentemente ajudar a minha família.

Então ali na antiga 4ª série, decidi que faria prova para o Pedro II, eu passei na primeira fase e, porém, não me classifiquei no processo final, mas aquela menina não desistiu de sonhar, e mesmo já na 5ª série, decidiu fazer novamente a prova para o Pedro II, mesmo que tivesse que regredir, porém novamente, aprovada na primeira fase e não conseguindo ser aprovada dentro o número de vagas. Desde criança, sentindo na pele a falta de oportunidades e da equidade na educação. Mesmo tão nova, a menina Mychelle resistiu igual aos seus ancestrais e continuou a ousar a sonhar!

A escolha de uma carreira profissional era algo que pensava constantemente desde o meu ensino fundamental. Desde criança sonhava em fazer uma faculdade de direito, pois por eu ser mulher, negra e pobre, via nessa profissão uma forma de combater as injustiças sofridas pela população carente do nosso país, e em específico a população negra. Na minha família a única referência que eu tinha sobre educação era minha mãe, uma pessoa muito inteligente, que possuía o ensino médio, mas não pode fazer uma faculdade, pois o meu avô achava que para mulher o máximo de estudos era o ensino médio. Então ela não pode seguir os estudos, pois teve que ficar cuidando dos irmãos mais novos. Porém, minha mãe não abandonou a educação, começou a lecionar em casa, no dito popular, passou a ser “explicadora”. A busca pela tão sonhada faculdade era para realizar um sonho meu e da minha mãe. Quando eu cursava o último ano do ensino médio no Colégio Estadual Visconde de Cairu (CAIRU), em 1997, surgiu uma oportunidade de me inscrever no processo seletivo do curso técnico em química do atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/RJ (IFRJ) (antiga Federal de Química), esse processo seletivo era um convênio entre o CAIRU e o IFRJ, onde os melhores alunos seriam selecionados para cursar o técnico em Química, era como se fosse uma política de ação afirmativa em relação aos estudantes de escola pública. Assim que saiu o resultado a diretora me comunicou que eu tinha sido uma das selecionadas, e como sempre tive facilidade com as disciplinas de ciências exatas (matemática, química e física), eu resolvi aceitar o desafio. Durante os dois anos do curso técnico em Química, no IFRJ, pude desfrutar de um ensino de qualidade em uma Instituição de referência em educação profissional, científica e tecnológica. Foram dois anos de amadurecimento profissional e, conseqüentemente, amadurecimento pessoal, no qual a prática e a proatividade foram exigências constantes, pois cursava o curso técnico à noite e o final do ensino médio na parte da manhã.

Ao longo do meu curso técnico em química, estava tentando os vestibulares, inicialmente para Direito em 1997 e 1998, e para Química em 1999 e 2000. Foram quatro tentativas para passar para faculdade, confesso que a cada ano que não conseguia e os anos se passando, batia um desânimo, lembro que em 2000, com 20 anos já me achava velha para entrar na universidade, e chorei muito, pois achava que o problema era comigo, que não era tão competente e inteligente para passar para uma universidade pública. A minha única alternativa era passar para universidade pública, pois não tinha dinheiro para bancar uma universidade particular, e o racismo ele faz isso, a população negra desde a falsa abolição da escravidão viveu as margens da sociedade, sem direito a educação, saúde, moradia, emprego, ou seja, sem direitos, impactando em uma ascensão às universidades públicas que até então as vagas eram praticamente reservadas a classe média. Porém sempre soube do meu potencial e ainda assim sonhava com a minha graduação, e em fevereiro de 2001 recebi a notícia que tinha sido aprovada no curso de Química Industrial da Universidade Federal Fluminense, foi um momento de muita emoção para mim e minha família, pois fui a primeira de muitas gerações a cursar uma universidade. Como eu naquele momento não era acostumada com muito dinheiro, e mesmo vivendo de forma humilde, resolvi mesmo tendo uma profissão de técnico em química, cursar a graduação em tempo integral, para poder me dedicar aos estudos, e ocupar plenamente os espaços da Universidade que por séculos foram negados aos meus ancestrais. Então em março de 2001 iniciei a minha graduação em química industrial e optei por plantar mais sementes e realizar a colheita no futuro. Em julho de 2005 concluíu o curso e me formei com um total de 9 períodos cursados. Minha formatura foi realizada no dia 16 de setembro de 2005, era a realização de um sonho, enfim a primeira pessoa da minha família a ter um curso superior. Naquele momento, parafraseando Racionais MC's em Capítulo 4 versículo 3, eu “contrariei as estatísticas”, pois os indicadores sociais apontavam que os jovens negros oriundos de periferia possuíam um alto risco de ser analfabeto, sofrer homicídio, gravidez na adolescência, pobreza e outras mazelas sociais. Porém eu consegui driblar essas estatísticas e me tornei Química Industrial.

A Fundação Oswaldo Cruz entra na minha vida em 2003, quando eu tive a oportunidade de conciliar meus estudos na graduação e atuar como técnica em química. Em outubro de 2003,

tenho pela primeira vez a tão sonhada carteira assinada e começo a trabalhar no Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS/FIOCRUZ, uma das melhores instituições de pesquisa em saúde pública do Brasil. Em 2006, no maior concurso da história da Fiocruz, decidi que naquele momento faria prova para o cargo de técnico em saúde pública, pois ainda era recém-formada, não possuía muitos títulos na minha carreira, e teria mais chances de me tornar servidora pública federal. Na prova objetiva, fiquei em 11º lugar, porém na fase dos títulos cai para 25º lugar, não me classificando dentro do número de vagas. No final de 2007, o governo federal autorizou a Fiocruz a chamar 50% dos excedentes, e enfim fui chamada. Em fevereiro de 2008, tomei posse como servidora pública federal, mas um sonho realizado da menina negra do Pombal de Cascadura.

Mesmo já com a graduação, eu quis além dentro da Fiocruz, queria me consolidar como uma cientista negra, como uma pesquisadora negra, e para isso era necessário fazer pós-graduação, em outubro de 2010, defendi a minha dissertação de Mestrado, intitulada "Produção de Material de Referência Certificado de Oxitetraciclina em Leite", e em janeiro de 2018 defendi a minha tese de doutorado intitulada "Resíduos de antimicrobianos em águas no Estado do Rio de Janeiro: determinação e efeitos ecotoxicológicos", na Escola de Química da UFRJ. A menina negra que ousou a sonhar se tornou Doutora em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos.

E ao longo do doutorado, em 2016 a Fiocruz lançou um novo concurso, e com vagas para o cargo de pesquisador em saúde pública, o primeiro concurso com cotas raciais, e tinha um perfil de vaga de acordo com toda a minha trajetória acadêmica e científica e com uma vaga destinada para cota. Era a oportunidade da minha vida passar para nível superior, foi um perfil que concorreu mais de 100 pessoas para 3 vagas, na primeira etapa uma prova discursiva, que fiquei em 13º lugar, a segunda etapa era avaliação de títulos e elaboração de um memorial e projeto de atuação profissional e com defesa oral para uma banca. Passei em 2º lugar no concurso, e na ampla concorrência, e em 4º lugar geral, sendo o 1º lugar da cota, uma outra mulher negra. Eu fiquei muito feliz por mim e por Camila, pois para aquele perfil a mulher negra venceu de fato em sua maioria, conforme a representação da sociedade.

Ao longo da minha trajetória como cientista negra, venho rompendo muitas barreiras principalmente do racismo e do machismo, atualmente ocupo um cargo de gestão, sou chefe de laboratório de medicamentos, cosméticos e saneantes do INCQS/Fiocruz, sou sindicalista, e em 2021 fui eleita a primeira mulher negra a ser presidente do sindicato dos trabalhadores da Fiocruz. E com a minha liderança em desenvolvimento na Fiocruz, me motivei em participar do processo de seleção do programa LideraGov edição especial para pessoas negras e fui uma das 51 pessoas selecionadas, um importante passo para o meu crescimento profissional, pois estou aprendendo a liderar a mim mesma, uma equipe e uma instituição.

Nós, mulheres negras, somos a maioria da população, mas infelizmente estamos na base da pirâmide. Mulheres negras cientistas e em cargos de liderança são poucas, além de sermos poucas nesses espaços, vivemos muito na invisibilidade. Precisamos criar espaço de representatividade, porque as mulheres negras precisam saber que podem estar em todos os lugares. Não ocupar somente os espaços que a sociedade racista e patriarcal acha que deve reservar para nós mulheres negras, mas conquistar espaços nos quais somos capazes de estar. Ainda há bastante a avançar, sendo necessário a ampliação das ações afirmativas e das cotas raciais pensando em subcotas para mulheres negras. Mas seguimos na resistência das nossas ancestrais, pois carregamos o sangue de Dandara dos Palmares, Luiza Mahin, Aquilino, Maria Felipa, Tereza de Benguela e tantas mulheres negras que resistiram e resistem até hoje!

Salve as Mulheres Negras! Ubuntu! Eu sou porque nós somos!

Priscila Dantas Ferlin

Auxiliar de Saúde
Instituto Federal de São Paulo

FEMINILIDADE, NEGRITUDE E RESILIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO



Um dos motivos que me fez ingressar no serviço público foi a possibilidade de trabalhar mais próximo de casa, o que aconteceu em 2000, quando entrei no IBGE para atuar no Censo Demográfico em caráter temporário. Foi um ano que considero “divisor de águas” da minha carreira, pois, além de trabalhar minhas habilidades como líder e gerir equipes, tive a curiosidade despertada para o desenvolvimento de políticas e gestão pública.

Ao final daquela experiência, me voltei para o trabalho em organizações privadas, as quais não deixaram tão boas recordações em minha memória, principalmente pela falta de acolhimento e reconhecimento dos resultados obtidos. Foram mais de quinze anos dedicados à área administrativa e gestão de clientes, gastando em torno de seis horas com deslocamento casa-trabalho (ida e volta), assumindo responsabilidades maiores das que foram direcionadas a mim e atingindo metas muito além das estipuladas.

No entanto, mesmo com todo esse trabalho demonstrado, as promoções e cargos de confiança eram sempre atribuídos às pessoas brancas, mais especificamente, homens brancos, por vezes, menos qualificados tecnicamente.

Presenciei processos seletivos internos sem transparência, escolhendo os “mais chegados” das chefias ou processos externos que traziam candidatos alienados à cultura organizacional. Considerava isto uma grande falta de respeito e desvalorização da minha mão-de-obra, chegando à humilhação, pois, além de não responderem os meus questionamentos sobre a falta de oportunidade para concorrer à vaga, determinadas empresas chegaram, ainda, a me incumbir o treinamento de alguns destes selecionados sem pagar nada por isso, mesmo com a existência de profissional responsável por executar tal tarefa.

A falta da presença feminina nos postos de liderança das organizações é algo que incomoda e preocupa. Não precisamos pesquisar muito para compreender que o patriarcalismo e sexismo ditam as regras em nosso país e isto é bem mais cruel quando se trata de mulheres negras, porque ainda sofrem racismo.

A maternidade, inclusive, está bem longe de ser vista com bons olhos pelas empresas privadas, que temem cada vez mais as licenças e afastamentos que envolvem a saúde da criança ou da mãe. Aquelas que cuidam parecem não ter direito ao cuidado.

Não havia políticas afirmativas de inclusão, como licença-maternidade estendida ou cotas raciais quando ingressei no serviço público pela primeira vez. A ordem era: se esforce mais que os outros que você chega lá! Mais de vinte anos se passaram e eu ainda escuto esta voz ecoar dia e noite em meus ouvidos, porém, agora com os olhos descortinados, sabendo que isto não passa de um discurso meritocrático da branquitude para tentar aprisionar os menos favorecidos em suas gaiolas psicológicas e socioeconômicas.

Como prova disso, basta analisar os dados da administração pública nos últimos anos no que tange à qualificação dos servidores negros, visto que boa parte possui maior capacitação do que seus cargos exigem e ainda assim não conseguimos ocupar nem ao menos os 30% que são destinados a nós nos cargos comissionados ou de confiança no serviço público.

Em 2020, por exemplo, o infográfico Percentual de Mulheres e Homens em cargos de liderança no Governo Federal mostrou que apenas 39,99% da chefia do governo federal era composta por mulheres.

Um dos motivos pelos quais quis retornar ao serviço público, há seis anos, foi a busca por qualidade de vida e condições mais justas para concorrer futuramente a um cargo de liderança e também exercer a maternidade sem tantas ameaças ou pressões como contemplava na vida celetista.

Hoje, exercendo o cargo de auxiliar de saúde em uma universidade conceituada, desenvolvo atividades voltadas para a melhoria dos processos de gestão de pessoas e saúde e qualidade de vida do servidor. Sou ouvida pelos meus gestores que também reconhecem a importância do meu trabalho e deixam isto claro nas avaliações e reuniões. O serviço público conseguiu unir minhas três paixões: educação, pessoas e saúde, sem o rótulo de indecisão ou formação aleatória, que por vezes as empresas privadas me impunham.

Sinto-me à vontade para buscar qualificação tendo minha jornada de trabalho reduzida, sendo respaldada pela Lei 8.112/1990, sem comprometer minha saúde ou tempo com minha família. Fator que contribuiu para meu desenvolvimento pessoal e progressão na carreira.

Encontrei um alento, não digo lugar perfeito, sem perseguições ou dificuldades, pelo contrário, mas na administração pública enxerguei uma oportunidade de me inserir no mercado de trabalho de maneira digna, passando por processo seletivo justo e transparente, exercer minhas atividades laborais sem anular minha identidade, sem sofrer ameaças de dispensa por usar meu cabelo solto em sua forma natural volumosa e cacheada ou mesmo vestir uma blusa de estampa étnica que remete à minha ancestralidade.

Já sofri assédio moral, racismo estrutural em algumas organizações públicas onde atuei, já fui subestimada e ignorada por diversas chefias, mas minha vontade de levar este sentimento de insurgência, fome e sede de equidade e diversidade para outras gerações é maior do que as humilhações que passaram e as que possivelmente virão. Me trouxeram ao lugar onde estou, na busca por minha melhor versão, a qual assume suas origens e não se conforma em estar onde não sou respeitada. Quero transformação, uma organização que me permita transformar-me, que reconheça sua necessidade em ser transformada e conceda espaço e ferramentas para que os servidores que nela atuam cooperem neste processo.

Fiz do negativismo encontrado no ambiente organizacional meu combustível para ir além, me conhecer mais, explorar meus pontos fortes e completar minhas lacunas em busca de me tornar uma pessoa melhor e transformar a minha realidade e daqueles que estão a minha volta.

Trilhar a senda em busca da excelência e justiça sem enxergar seus pares é difícil, por vezes você questiona seus valores e competências, pois dificilmente há alguém para se espelhar ou mesmo compartilhar as dificuldades e vitórias com o sabor da empatia, reconhecendo e priorizando seu lugar de fala. Representatividade importa quando se é mulher e negra, considero uma faca de dois gumes, pois ao mesmo tempo que você sorri por estar conquistando seus objetivos com sacrifícios, também chora por saber que tantas pedras brutas, como você, estão sendo lançadas aos escombros, vidas deixadas de lado ou mesmo ceifadas, sem a chance de passar pelo processo de lapidação e resiliência.

Sinto-me honrada por chegar até aqui e ver um movimento que se levanta na administração pública, pessoas que se reconhecem, se respeitam e se aquilombam para gerar resultados através da resistência,

luta e desenvolvimento contínuo. Meu agradecimento às organizações e parceiros como a ENAP que incentivam e investem neste processo de autorealhecimento, letramento racial, capacitação e aprimoramento de habilidades, representatividade e empoderamento daqueles e daquelas que há muito foram oprimidos e que são tão capazes quanto os que nos calam.

O que pedimos não é favor, não é esmola, exigimos um direito que nos foi tomado e até hoje não outorgado, que é o da reparação social e moral.

A minha voz ainda é discreta, em vista da potência que ela tem, mas somada as vozes de outras mulheres negras, dispostas a fazer a diferença por onde passam, se tornará um grito de libertação, superação e vitória contra as injustiças vividas até aqui.

Lorena Alleyne Vannelle

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

NEGUINHA FACEIRA

Benção aos meus mais velhos! Sou uma mulher preta e, hoje me entendendo como tal, não é mais possível começar uma fala ou um texto sem saudar aqueles reis e rainhas arrancados de África que tanto resistiram e seus descendentes que enfrentaram as correntes do racismo para que hoje eu tivesse a chance de estar aqui onde estou, tendo a chance de ser ouvida, de ser lida, de ter voz. Isso porque sei que como mulher preta não venho sozinha, mas carrego comigo o axé de toda uma ancestralidade que me guia.

Desde a infância, sempre fui rodeada de muito amor pela minha família. Lembro que meu falecido pai, com carinho, me chamava de “minha neguinha” e a cada vitória alcançada brindava-me com um sorriso chamando-me de “neguinha faceira”. Ele, que fazia o melhor cafuné do mundo, era negro, cadeirante (sem as duas pernas desde os 45 anos, devido a uma doença autoimune), servidor público municipal, como médico plantonista em São José dos Campos/SP, e servidor federal, como médico perito do INSS, no Rio de Janeiro. Nascido em Porto Velho, Rondônia, era filho de um soldador barbadiano-brasileiro e de uma enfermeira boliviana-brasileira. Ele inovou na família e pavimentou o caminho para as gerações futuras: decidiu fazer medicina mesmo não sendo bom aluno. No entanto, conheceu e fez amizade com meu “tio de coração”, filho de militar, que era centrado nos estudos. Assim, também passou a tomar gosto pelos livros e entendeu que uma mudança de vida e a realização de um sonho seria possível por essa via. Assim, passou no vestibular e se tornou médico pela Universidade Federal do Pará, se especializando posteriormente em cardiologia e em medicina do trabalho.

De igual forma, também tracei meu caminho de vida pelo viés da educação. Como mulher preta sabia aquilo que meu pai sempre fez questão de lembrar: eu só teria chance de conquistar meus sonhos por meio dos estudos. Graduada em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2005, enfrentei muitos obstáculos na busca por emprego, o que me fez crer que o serviço público seria uma oportunidade real para minha estabilidade e meu crescimento profissional e satisfação pessoal.

Assim, em busca dessa oportunidade me tornei bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2010, e passei em primeiro lugar em alguns concursos, me tornando servidora pública em 2011 ao entrar para o quadro de servidores do Instituto Federal de Brasília. Continuei estudando e me tornei mestre em Memória Social pela Universidade Federal do

Rio de Janeiro, em 2015, e bacharel em Serviço Social novamente pela UFRJ, em 2022. Hoje sou bibliotecária de carreira do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), mas atuo no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Trabalho na Coordenação-Geral de Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas (CGMET) com projetos que visam o desenvolvimento de políticas de memória, reconhecimento e valorização de africanos escravizados e de seus descendentes no Brasil.

Com minha entrada no serviço público notei que, apesar de sermos a maioria da população brasileira, nossa presença preta nos órgãos públicos ainda é majoritariamente flagrante nos cargos de mais baixa remuneração, o que não reflete o caráter resiliente e forte que herdamos daqueles que pavimentaram essa estrada antes de nós. Por isso minha jornada no serviço público não é mais uma busca individual por estabilidade e bem-estar pessoal, mas sei que sou parte de uma luta coletiva por mais espaço nos cargos de tomada de decisão e pelo reconhecimento para mim e minhas irmãs pretas em um ambiente marcado por desigualdades históricas de gênero e raça.

No ambiente de trabalho, as experiências de nós mulheres negras, enfrentando o racismo e o sexismo, moldam nossas identidades. A rejeição e a negação dos nossos corpos negros em determinados espaços, historicamente ocupados por homens brancos, destacam a urgência em se enfrentar o racismo institucional em todas as instâncias. Por isso o serviço público deve ser um espaço de igualdade que reflita toda a diversidade que a sociedade brasileira é composta. Porém, a presença de mulheres negras em posições de liderança mostra-se ainda incipiente, o que revela que ainda há muito a ser feito nessa seara.

Em busca de um contraponto, uma das mais recentes iniciativas encontradas pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR) juntamente com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para dar início a uma mudança de paradigma dentro do serviço público foi a abertura de uma turma extraordinária do LideraGov apenas para servidores negros do executivo federal. O Programa LideraGov é um processo de formação de líderes inovadores e de alto impacto, por meio da difusão e desenvolvimento de competências que permitem potencializar o alcance de resultados e promover transformações na esfera de atuação do servidor público.

É uma experiência de formação inovadora e diferenciada no âmbito do poder público do executivo federal. A Rede LideraGov, que é formada por egressos do Programa e, entre seus objetivos, está o fomento à formação continuada dos ex-alunos, contribui para a consolidação de uma cultura orientada por valores alinhados ao interesse público, no exercício da liderança. Além disso, a Rede busca propiciar condições favoráveis de visibilidade do Programa e seus egressos entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal e demais espaços da sociedade civil.

Foi por intermédio desse Programa e, mais especificamente nessa 4ª turma exclusiva de negros e negras incríveis, que estou tendo a oportunidade de conviver virtual e presencialmente com os melhores colegas de trabalho que nesses quase 14 anos de serviço público eu não imaginava descobrir. Pessoas inteligentes, interessantes, supercompetentes e habilidosas nas mais diversas áreas do conhecimento e que elevam a qualidade e o nível do valor público entregue à sociedade. Desde o primeiro dia de Programa e a cada novo encontro é muito afeto e acolhimento envolvidos em nossas trocas. Além, obviamente, da celebração coletiva pelas vitórias e conquistas individuais que nos acolhem e afagam.

Esse sentimento de pertencimento e segurança que encontramos nessa turma extraordinária do LideraGov me remete às sociedades dos quilombos, as quais mulheres guerreiras como Tereza de Benguela foram capazes de comandar. Talvez por isso, nesse mês de Julho das Pretas, no qual internacionalmente o dia 25 de julho celebra a Mulher Negra Latino-Americana e Afro-Caribenha e, no Brasil, também celebramos Tereza de Benguela, lembrando de suas lutas históricas, me sinto em casa quando se trata do nosso, carinhosamente apelidado, QuilomboGov. A rememoração desta data é crucial para refletir sobre os avanços e desafios na busca pela igualdade racial e de gênero também no setor público. Por isso, fortalecer a conscientização sobre equidade racial é um compromisso essencial para construção de um Brasil mais democrático e justo para aquelas muitas “neguinhas faceiras” que estão a caminho.

Juliana Pacheco

*Coordenadora dos Programas de Inclusão e Diversidade
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET -MG*

ENTRE FIOS INVISÍVEIS: MINHA JORNADA NO SERVIÇO PÚBLICO

Hoje, ao abrir o SOUGOV fui surpreendida com a seguinte mensagem: Parabéns Juliana, no dia 12/07/2024 você completou 18 anos de colaboração para a melhoria da qualidade no serviço público! Que essa data simbolize mais um marco de sua atuação com integridade e compromisso, que nos inspira e orgulha.

Fiquei alguns minutos olhando a tela do celular, e num misto de alegria e orgulho me deu vontade de chorar, 18 anos não são 18 dias. Tenho mais tempo de trabalho do que a idade do público-alvo da minha instituição! Quando eu tomei posse, tinha pouco mais do que a idade que tenho hoje de serviços prestados ao Estado Brasileiro. Era uma garota morena de 21 anos, cabelo alisado de prancha cheia de sonhos e responsabilidades, que vivia fumando pelos corredores. Hoje sou uma mulher negra de pele clara de 39 anos, cabelos cacheados, que faz ginástica olímpica no horário do almoço e alimenta mais os sonhos que as responsabilidades.

No dia 12 de julho de 2006, eu tomava posse no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET-MG. Sempre sonhei em estudar lá, uma escola de referência e muito difícil de passar. Minha mãe trabalhava lá, ou seja, o sonho dela era que os filhos fizessem o ensino médio ali. Somos 4, 3 homens e só eu de mulher, só o mais velho conseguiu. Todos estudamos a vida toda em escolas públicas do bairro. Meu pai é negro. Minha mãe é branca. Quando eu passei no concurso as pessoas sempre faziam expressões exageradas quando ela me apresentava como filha. Não acredito que ela é sua filha!!! Vocês são tão diferentes!!! Também tinham as piadinhas relacionadas a ela ter me dado a prova. Ahh, mas com sua mãe aqui é claro que você ia passar. Não, não era óbvio que eu ia passar.

Eu havia estudado dois meses ininterruptos com uma apostila que eu tinha comprado na banca, eu trabalhava atendendo emergência policial no horário das 00h às 06h da manhã, e queria muito sair daquele emprego. Era muita pressão para uma garota de 19 anos. Fiz a prova do CEFET e fiquei em décimo nono lugar, eram somente 9 vagas.

Fiquei super frustrada, mas segui, continuei trabalhando na madrugada, “emergência policial Juliana Pacheco, em que posso ajudar?”. Quase 2 anos depois o décimo oitavo candidato foi chamado, ele seria o ÚLTIMO a ser chamado. Eu não aguentava mais aquele emprego.

Minha mãe me consolou, minha filha, o que é seu é seu, e não é que o rapaz foi promovido no emprego dele e abriu mão do CEFET. EU PASSEI! EU TINHA 21 ANOS E SERIA SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL DA EDUCAÇÃO!!!

Sou muito grata ao que essa instituição me proporcionou, minha história de vida foi, em grande parte, construída ali dentro. Nos primeiros anos, muita coisa mudou, o CEFET-MG incentivava financeiramente os meus estudos, eu trabalhava na biblioteca e tinha acesso a muitos livros, me tornei uma leitora voraz, meu horário de trabalho era das 11h às 17h. Eu tinha muito contato com os alunos e aquilo me renovava. Comecei a fazer faculdade a noite e passei quatro anos assim, vale ressaltar que troquei de faculdade no meio do percurso e minha mudança foi motivada por ofensas que recebi de três colegas de sala de aula, somente anos depois eu consegui entender que o que havia acontecido comigo na ocasião era racismo.

Aqui dou um spoiler da minha história para contextualizar algo que aconteceu ano passado e que me remeteu a esse momento da minha vida que acabei de narrar. Ano passado já estava atuando no cargo que estou hoje, Coordenadora dos Programas de Inclusão e Diversidades do CEFET-MG. Uma das funções desse cargo é assessorar em casos de discriminações e auxiliar na mediação dos conflitos, pois bem, a Ouvidoria recebeu uma denúncia de racismo em uma sala de um curso de graduação e solicitou a minha mediação, quando eu comecei a ler o caso, eu comecei a chorar. Era muito parecido com o que tinha acontecido comigo, mas a diferença era que quando aconteceu comigo eu saí da faculdade sem apoio de ninguém, ninguém nunca fez nada. Ali seria diferente, eu tinha o poder de fazer algo, e assim o fiz. Se dependesse de mim ninguém sairia. Como é importante nomear as coisas, como é importante escutar, sai dessa mediação com o coração em paz, e com a certeza do meu compromisso profissional. Voltemos para o meu percurso laboral!

Em 2015, quando completei 30 anos, algumas mudanças aconteceram, já estava mais familiarizada com o movimento negro e o movimento feminista, entrei em uma pós-graduação, também paga parcialmente pelo CEFET-MG. Queria iniciar uma mudança de carreira, estava insatisfeita com a minha atuação no CEFET-MG, me sentia subaproveitada e sem perspectivas de progressão. Decidi parar de fumar e passei pela transição capilar. Ressalto que, nessa época, flertei entrar no mestrado, mas não me sentia capaz,

achava que não conseguiria licença, que não conseguiria passar, que era demais para mim. Renovei minha vontade de estudar, junto a isso mudei de setor no CEFET-MG, seria temporário, mas acabei ficando por gostar do trabalho, da chefia e do contato com o público. Atendia candidatos que iriam prestar o vestibular da instituição. Aprendi muito sobre a estrutura dos cursos técnicos e de graduação, fazia planilhas e planilhas e gostava disso.

Em 2018, uma, trabalhadora terceirizada que limpava a sala que eu trabalhava, me solicitou que colocasse o relógio dela para despertar às 3h da manhã. Era aquele horário que ela acordava todos os dias para trabalhar. Aquilo me desceu mal. Na época, eu participava de vários coletivos de mulheres e estávamos fazendo uma ação na ocupação Dandara, havia ocorrido um desfile de moda sustentável dias antes, então chamei meu amigo Nelson Nunes, também técnico administrativo do CEFET-MG, para escrever comigo um projeto de extensão que tivesse como público-alvo os trabalhadores terceirizados do CEFET-MG. Por ele ser jornalista e por eu estar com a vivência da ocupação Dandara fresca na memória, pensamos em fazer algo relacionado à valorização da autoestima por meio de fotografias sem o uniforme.

Contextualizo, que nesse tempo, Nelson havia me convidado para participar de um outro projeto de extensão que recebia alunos franceses para passarem um mês no Brasil com alunos do curso de edificações. O intuito era reformar uma creche, depois eram os alunos brasileiros que passariam uma temporada na França. Foi uma experiência incrível passar um mês indo a creches com eles. Organizei o lazer, a moradia e o transporte, além de estar com eles todos os dias na obra. Também foi uma experiência frustrante, pois quando apresentamos os resultados para diretores das áreas de internacionalização e acadêmica do CEFET-MG na época, o trabalho do dia a dia foi totalmente invisibilizado, lembro-me que saí da reunião chorando. Não fui à França, mas a sementinha da extensão foi plantada em mim. Retomo para a data que conversei com Nelson para elaborarmos um projeto com os trabalhadores terceirizados, ele gostou da ideia e fomos conversar com os trabalhadores para apresentar nossa proposta das fotos. À medida que começávamos a falar sobre fazer um projeto eles, pediam para ser algo relacionado aos estudos. Desistimos da ideia inicial e começamos a articular, junto a docentes do Departamento de Linguagens e Tecnologia (Deltec), a elaboração de um curso de escrita para os trabalhadores terceirizados da instituição.

A inspiração era Maria Carolina de Jesus, escritora favelada que escreveu diários sobre sua vida de catadora de lixo e que vivia se esgueirando da fome, embora muitas vezes dormisse com ela. Por meio de outras referências de escritoras negras, escrevemos o projeto “A escrita de si como instrumento de visibilidade para os trabalhadores terceirizados do CEFET-MG”.

Nessa época eu estava mudando de setor, foi uma mudança importante para a minha carreira, porém dura. Em certo dia, a coordenadora do setor me disse com muita naturalidade que eu havia parado no tempo, e que não era somente ela que achava aquilo. Cortou fundo em mim. Eu estava entendendo como que para as mulheres negras as coisas eram mais difíceis e aquela fala me deixou muito reflexiva. Eu havia mesmo parado no tempo? Eu estava estagnada há mais de dez anos? Eu respondi a ela que fazia muita coisa sim, e ela rebateu dizendo, então: teorize suas práticas. Depois daquele dia, comecei a encarar com mais seriedade a possibilidade de tentar um mestrado. Hoje com a cabeça que tenho, findo o mestrado, me coloco a pensar sobre a imposição que pessoas brancas tem em nossos saberes e práticas. Deixo esse mote para um outro texto.

O que ocorre é que após esse movimento que alcei relacionado a educação, minha e dos meus, as coisas mudaram significativamente. Me transformei em uma pesquisadora negra. O projeto “A escrita de si como instrumento de visibilidade para os trabalhadores terceirizados do CEFET-MG” me abriu muitas portas. No encerramento do primeiro ano de projeto, eu e Nelson nos empenhamos em realizar uma festa de formatura para eles. Foi um evento carregado de simbologia e sentidos. Havia orador, diploma, homenagem, vestidos bonitos, presença de familiares, muita comida, música e dança. Durante um momento da cerimônia, duas trabalhadoras subiram ao palco para ler a homenagem que eles haviam escrito em conjunto para a equipe. Fiquei profundamente mexida quando elas leram que por muitos momentos tiveram vontade de desistir, mas que ter alguém ao lado incentivando o retorno aos estudos era algo que as motivava a continuar. Naquele momento decidi que iria tentar uma vaga no Programa de Mestrado em Educação, aqueles trabalhadores segurariam a minha mão para eu retornar aos estudos com coragem. Passei na seleção, iniciei minha jornada acadêmica juntamente com a transformação do Projeto em Programa de Extensão e sua ampliação para outras unidades.

Nesse meio tempo, eu fui subcoordenadora de Artes, e quando essa coordenação se transformou em Departamento de Arte, Design, e Tecnologia fui eleita Chefe de Departamento. Junto a isso, no primeiro semestre de aula, se instalou a Pandemia. Foi um ano desafiador em muitos aspectos. Ainda assim conseguimos resultados importantes, com o Escrita de si, elaboramos um livro de cartas trocadas pelos trabalhadores da limpeza que continuaram a executar o trabalho presencial com servidores, docentes, alunos e comunidade externa, que estavam executando trabalho em home office. Ficamos em primeiro lugar geral da 30ª Mostra Específica de Trabalhos e Aplicações (META) com este projeto e ficamos em 4º lugar na Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (Mostratech). Em 2021, novos desafios, mais ampliação do programa, fui convidada a coordenar todo o processo de heteroidentificação do concurso para técnicos administrativos do CEFET-MG, fui reeleita chefe de departamento e iniciava a escrita da dissertação. Em 2022 me tornei a primeira mestra da minha família e em 2023 fui convidada a ser Coordenadora dos Programas de Inclusão e Diversidades, cargo que atuo hoje, além de ser QUILOMBOGOVER 4.0!!!! Quando leio a mensagem do SOU-GOV eu concordo com a cabeça, sim eu atuo com integridade e compromisso! Finalizo com essa frase da nossa grande Audre :

Fomos educadas para respeitar mais ao medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperamos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar.

Audre Lorde

Jane Maria dos Santos Reis

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

ESCREVIVÊNCIAS DE UMA LÍDER PRETA SOBRE A BUSCA CONTÍNUA DE SUA MELHOR VERSÃO^[1]

Sou Jane Maria dos Santos Reis, mulher preta, mãe, trabalhadora, esposa, amiga, filha, irmã, tia e detesto, com todas as minhas forças qualquer forma de exclusão, discriminação e preconceito. Amo a vida, o movimento, a ponto que se dormir demais, tenho a sensação de que estou perdendo tudo que está acontecendo lá fora. Tenho sede de viver, sentir, amar, decepcionar, evoluir, aprender, ver justiça social acontecer e contribuir diretamente para que isso aconteça. Enquanto uma entre tantas mulheres negras afro-latino-americanas, tenho muito orgulho de me apresentar nessa escrevivência^[2] com a citação abaixo, parte do relato analítico o qual me permitiu que fosse uma das 50 pessoas selecionadas para fazer parte do Programa Lidera Gov 4.0, numa versão extraordinária para pessoas negras (fundamento principal que me motivou a fazer parte do processo seletivo):

Meu nome é Jane Maria dos Santos Reis, sou mulher preta que vem se reconhecendo e se conhecendo somente a partir de sua terceira década de vida. Atualmente tenho 42 anos de idade, filha de uma união interracial, trabalhadora, mãe de dois filhos que também são frutos de um matrimônio interracial. Além disso venho, ao longo da última década atuando na luta antirracista e em busca da minha decolonização e da reconstrução da minha identidade negra, notoriamente afetada pelo embranquecimento ao qual fui submetida desde quando nasci. Há marcos na vida de uma mulher negra que são “viradas de chave” e eu estou no ápice desse processo, me apresentando, para iniciar, através da belíssima canção “Afronte”, por me identificar nela com os olhos no passado e ao mesmo tempo mirando o futuro. Sou, nesse sentido, mulher preta em construção, engajada na defesa de uma sociedade mais equânime por meio da promoção de equidade racial nos espaços dos quais faço parte. Sou convicta que essa luta somente é possível coletivamente e por isso trago comigo, dentre tantas outras coisas, a expressão africana “Ubuntu” entendendo que eu sou porque nós somos! (Relato analítico Jane Reis, entregue em uma das etapas do processo seletivo para participação no Lidera Gov 4.0)^[3]

Dessa forma, inicio este texto dominada por um misto de emoções por tudo que sou, sempre em busca contínua da minha melhor versão enquanto mulher preta, por estar próxima ao encerramento do Lidera Gov que é mais uma “virada de chave” muitíssimo importante, enfatizando também as interseccionalidades mais valorosas que trago comigo, por onde passo:

gênero e raça. Sim, é muito importante informar que se trata de uma síntese das escrevivências de uma líder gestora PRETA, de uma mulher da raça negra, que junto a tantas outras faz parte da edição extraordinária do Programa Lidera Gov, que deixará marcos significativos tanto para o programa em si, quanto pelas pessoas que estão direta ou indiretamente envolvidas nessa edição.

Estar em busca contínua da minha melhor versão enquanto líder preta, a partir das minhas escrevivências, mas também enquanto pessoa, mulher preta, é um projeto de vida e não apenas profissional. Sigo tentando construir caminhos compartilhantes, assim como nos ensinou Nêgo Bispo na perspectiva contracolônia, nessa busca a mim mesma, que concomitantemente também envolve tanta gente e muito trabalho coletivo.

Para conseguir ser uma líder, vejo a constante necessidade de aprender a liderar a mim mesma, o que somente é possível a partir da imersão no meu eu na perspectiva de passado, presente e futuro. Aprendi muito com meu passado, que quando era presente me inspirou na busca dessa melhor versão. Busco viver o presente olhando para este passado, com a sensação de me sentir forte, corajosa e empoderada nos trajetos que escolho percorrer e nas minhas tomadas de decisão. Caminho ou as vezes corro olhando para frente e mirando nos planejamentos e projetos futuros, agraciados pela maturidade que vem se construindo no meu eu. Um movimento muitíssimo representado pelo símbolo Adinkra de origem africana que é o Sankofa, que é um pássaro com sua cabeça direcionada para sua cauda, cujo significado a importância de se voltar ao passado para ressignificar o presente e mirar na construção do futuro representado étnica e racialmente pelo Sankofa^[4].

Minha referência é a minha ancestralidade, os princípios éticos e valores morais que aprendi ao longo de minha vida, em minha família (em que destaco o grande amor da minha vida, meu pai), em meu trabalho e em minha busca por justiça social e equidade, a partir das atribuições que tenho como pessoa e como servidora.

Essa caminhada é marcada pela sede insaciável por representatividade negra e pela construção identitária. Passado e presente simbolizados em duas imagens, antes e após transição capilar e com um intervalo temporal de aproximadamente uma década em busca de meu autocohecimento e reconhecimento enquanto mulher preta, de uma Jane que lá atrás,

muito tinha a conhecer de si mesma e de outra Jane em seu primeiro dia de Lidera Gover, no prédio da Enap, em Brasília, no intervalo de sua aula magna, ocorrida no dia 16 de novembro de 2023^[1].

Colonização, embranquecimento, amarras sociais que somente começaram a serem desconstruídas pelo acesso que tive à universidade pública em diferentes versões (estudante, docente temporária e servidora) e em especial às suas formas de aquilombamento que impactaram nas drásticas mudanças que diferenciam as duas fotos.

Me sinto pronta para efetivamente emergir neste relato, na busca do meu eu enquanto fruto da história na e pela qual me construí e continuo me construindo. No processo decisório de organizar essas escrevivências de forma autônoma e ancorada nos aprendizados e saberes consolidados até então, resalto três momentos distintos, que são concebidos numa relação de trama, de rede complexa construída a partir de quem sou, do que faço e dos estudos aos quais me dediquei e estou me dedicando. Passado articulado à orientação por valores éticos, presente pautado na comunicação e futuro sob a lógica da visão sistêmica num movimento dinâmico, complexo e antagônico.

Tenho plena consciência de minha responsabilidade social mediante à "máquina" pública, me opondo veementemente contra qualquer ato injusto e/ou desalinhado das normativas institucionais. Sinônimo de integridade, para mim, é o tratamento horizontalizado com gente cuidando de gente de forma dialógica e horizontalizada. Transparência e equidade são palavras de ordem.

Me apresento, aonde vou pela pessoa que sou, que "não cabe no Lattes": primeiramente sou mulher preta em movimento, em construção e este é o meu eu. E nessa construção se fez também a Jane com suas titulações, que ocupa também uma vaga do serviço público federal, tendo nesse cargo diferentes lugares de fala. Sou servidora pública federal há 15, fui selecionada para realizar a Certificação em Estudos Afrolatino-americanos pela Universidade de Harvard e o fiz com êxito, podendo ampliar meus conhecimentos e minhas indagações relacionadas à luta antirracista. O grande marco de minha atuação profissional e de meu auto entendimento enquanto mulher preta aconteceu dentro da universidade, há aproximadamente uns 10 anos, no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros,

onde pude me informar e me formar com base nos pressupostos da educação antirracista. Também atuo em comissões de Heteroidentificação. Nesse trajeto, em que sempre fui pesquisadora, me encantei com a pesquisa afrocentrada nas questões étnico-raciais com ênfase nas cotas raciais e nos procedimentos de heteroidentificação. Este trabalho é o que mais tenho orgulho fora e dentro da universidade e que dá sentido pleno ao meu exercício profissional, realizando dessa forma um movimento de ser concomitantemente sujeito de objeto e estudo, bem como atuando nessa pauta considerando-a como projeto de vida.

No âmbito de minhas escolhas e na busca de representações do meu eu, o símbolo africano Adinkra que escolhi para me representar é Ananse Ntotan^[2], que remete a uma teia de aranha, contendo significado de sabedoria, criatividade e complexidade da vida, das relações.

Em termos de Anase Ntontan que me move pessoal e profissionalmente é a constante busca por conhecimento, por experiência adquirida e transformada em maturidade, essencial para a tomada de decisões, para o exercício da liderança. Movimento dinâmico e complexo necessário para esse agir cotidiano enquanto liderança pública, uma vez que o serviço depende de pessoas, setores, redes de contatos e muito trabalho coletivo: a complexidade da jornada do trabalho, da jornada da vida.

Meu interesse no Lidera Gov é sinônimo da minha incansável busca por possibilidades em que eu possa ser reconhecida e valorizada a partir da interseccionalidade entre minha pretitude, ou seja, minha raça notoriamente negra, minha formação acadêmico-profissional e minhas vivências cotidianas pautadas em meu lugar de fala. Ainda sou exceção nos espaços que trabalho e isso me incomoda muito. Venho em constante busca por construção de representatividade negra e feminina, num país cujo contexto as mulheres pretas igual a mim, estão histórica, social, econômica e culturalmente fadadas a ocuparem os gráficos e referenciais quantitativos majoritários no mapa da violência no Brasil. A teia de aranha do significado de Ananse Ntotan, representa meu desejo e a busca pela continuidade de construção dessa rede em espaços decisórios. A visão sistêmica a meu ver é fruto da maturidade, do aprendizado consolidado ou pelo amor ou pela dor. A visão sistêmica é ampla, com atenção difusa e atenta a tudo e a todos, com capacidade de olhar para o passado

sem se distanciar da orientação por valores éticos com satisfação de esperar pelo que há de vir com a convicção que a chance do êxito seja certa. É um agir atento a conjuntura social, política e econômica pretérita, atualizada e coerente com o que se foi e o que está sendo, como construção de consciência crítica. Se alinha com sinergia à visão de futuro. É sobre isso: o marco do Lidera Gov é ser um locus, a partir de então, de aquilombamento, de proteção, segurança e apoio mútuo. É projetar a visão de futuro em si mesmo e no outro e assim movimentar a filosofia Ubuntu (Eu sou porque nós somos) e consequentemente gerar valor público.

Encerro essas escrevivências, com o texto que chamo “poesia para chamar de minha”^[4], que fui presenteada pela autora com direito a uma obra de arte belíssima de Marcel Van Luit^[5]. Tenho uma paixão pela onça, que me representa: amo a estampa, o bicho, seu olhar: coragem, força, cautela, atitude no momento ideal, agilidade, evocação de respeito e proteção. O animal que trás a energia do poder, que me representa na simbologia de como encaro a luta antirracista, as pautas que reivindico a favor do povo negro o qual me incluo. Metade onça, metade mulher negra, com pássaros e flores ao meu redor, sempre exaltando a minha feminilidade. Assim, sigo dialeticamente pronta para o futuro, o amanhã, mas sempre buscando minha melhor versão!

*Quando os gestos
viram insights
das dores do passado,
o medo é um lobo acuado
que faz morada no peito.*

*Quebrada fica a lente dos nossos senti-
mentos...
e não conseguimos ver o afeto a centíme-
tros de distância
O outro se torna o eterno inimigo,
Cercamo-nos de muros altos
e nos camuflamos nas sombras
enquanto o sol raia enigmático tantas
descobertas
que não queremos fazer.*

*Há a presença constante do receio
de que aquilo que nos machucou
nos machuque de novo... e de novo... como
se todas as experiências não vividas
fossem velhas coincidências.*

*Sem querer somos falsos oráculos
e a verdade nunca é tateável
ao ponto de nos blindar
do concreto que é o existir.*

*Se seu rosto bater mil vezes no chão,
sorria como uma onça,
Levante-se*

Juliana Sankofa

Referências Bibliográficas:

[1] O texto original com imagens:

<https://1drv.ms/b/s!Ao9-v0333WoZidoYehi-GoMn62mLww?e=XF-Si7p>

[2] Escrivência para mim é muito mais que um termo. É de autoria de uma mulher negra que protagoniza a literatura negra brasileira, que é Conceição Evaristo. Para mim é, para além do seu significado metodológico que consiste numa forma de escrever baseado em experiências cotidianas construídas ao longo de uma vida, é uma categoria epistemológica antirracista.

[3] Canção Afronte disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=TuOOP1H2330>

Sugiro que todas as pessoas que tenham acesso a este conteúdo, não deixem de apreciar a canção.

Texto original com a imagem disponível em:

[4] <https://escritorajulianasankofa.blogspot.com/>

CONCLUSÃO:

Esta publicação é mais uma realização do Ministério da Igualdade Racial em homenagem ao mês de julho, durante o qual se comemora, no dia 25, o Dia Nacional de Tereza de Benguela, o Dia da Mulher Negra e o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha. Com o intuito de preservar a memória, buscar a verdade, documentar a presença, reconhecer e valorizar as trajetórias das mulheres negras, reconhecendo a necessidade de reparação, o MIR organizou esta coletânea com relatos de servidoras públicas negras que integram a Turma 4.0 do curso de formação de lideranças inovadoras e de alto impacto, do Programa LideraGov. As interlocutoras, ocupantes de diversos cargos em variados órgãos da Administração Pública e com diferentes vivências, apresentaram suas trajetórias, que se entrelaçam através da subjetividade do ser negra.

O Ministério da Igualdade Racial agradece às autoras pelo tempo dedicado à escrita de seus relatos e por compartilharem suas histórias pujantes e sensíveis. Após a leitura de cada um dos textos, nos sentimos inspiradas e convidamos aos leitores(as) a se inspirarem com a determinação, vivacidade, capacidade criativa e resistência demonstradas ao longo de suas trajetórias. Ressaltamos que, para este Ministério, é uma honra documentar suas escrevivências e torná-las públicas para que todas possam conhecer suas histórias impactantes dentro do Serviço Público Federal, e que cada história seja uma semente que motive as futuras mulheres negras servidoras públicas.

Reiteramos nosso compromisso, como órgão do Poder Executivo, em prol do combate às desigualdades sociais e pela igualdade racial, e continuaremos trabalhando para que mais pessoas negras ingressem no serviço público, visando a transformação do Estado por meio da ampliação da presença dessas pessoas nos quadros funcionais da Administração Pública. Sabemos que a nossa ocupação nesses espaços transforma o serviço público, refletindo a diversidade do Brasil. Sabemos o que queremos e onde queremos chegar. Essas são as histórias que atravessam dores, afetos, querenças e ancestralidade, banhadas de coragem para nos motivar e arrebatam.

Além disso, almejamos e nos colocamos na diligência que todos os órgãos públicos adotem ações de reconhecimento das contribuições trazidas pelas mulheres negras as carreiras públicas. Em cada relato apresentado, podemos apreciar a enorme contribuição que a diversidade de gênero e raça oferece a cada órgão, seja por meio de iniciativas individuais ou conjuntas sempre pela coletividade.

Esperamos que esta coletânea tenha servido de conforto, consolo, mas principalmente como mola propulsora para os corações das(os) leitoras(es) e que possam internalizar os aprendizados trazidos em cada relato com a intencionalidade que eles vibram. Desejamos que, assim como as autoras, possamos seguir o fluxo do rio, dançar a última dança, semear nossos afetos, trazer alento à alma, preservar nossas identidades e ancestralidade, e exercer nossa escrevivência.

A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.

Conceição Evaristo

**GALERIA: MULHERES NEGRAS
NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**



CAMILA LACERDA

Não estamos atrasadas. Somos sementes em terra fértil.



SHAIANE DA SILVEIRA

Carussandê.



REGLA SOMOZA

Como água do Rio.



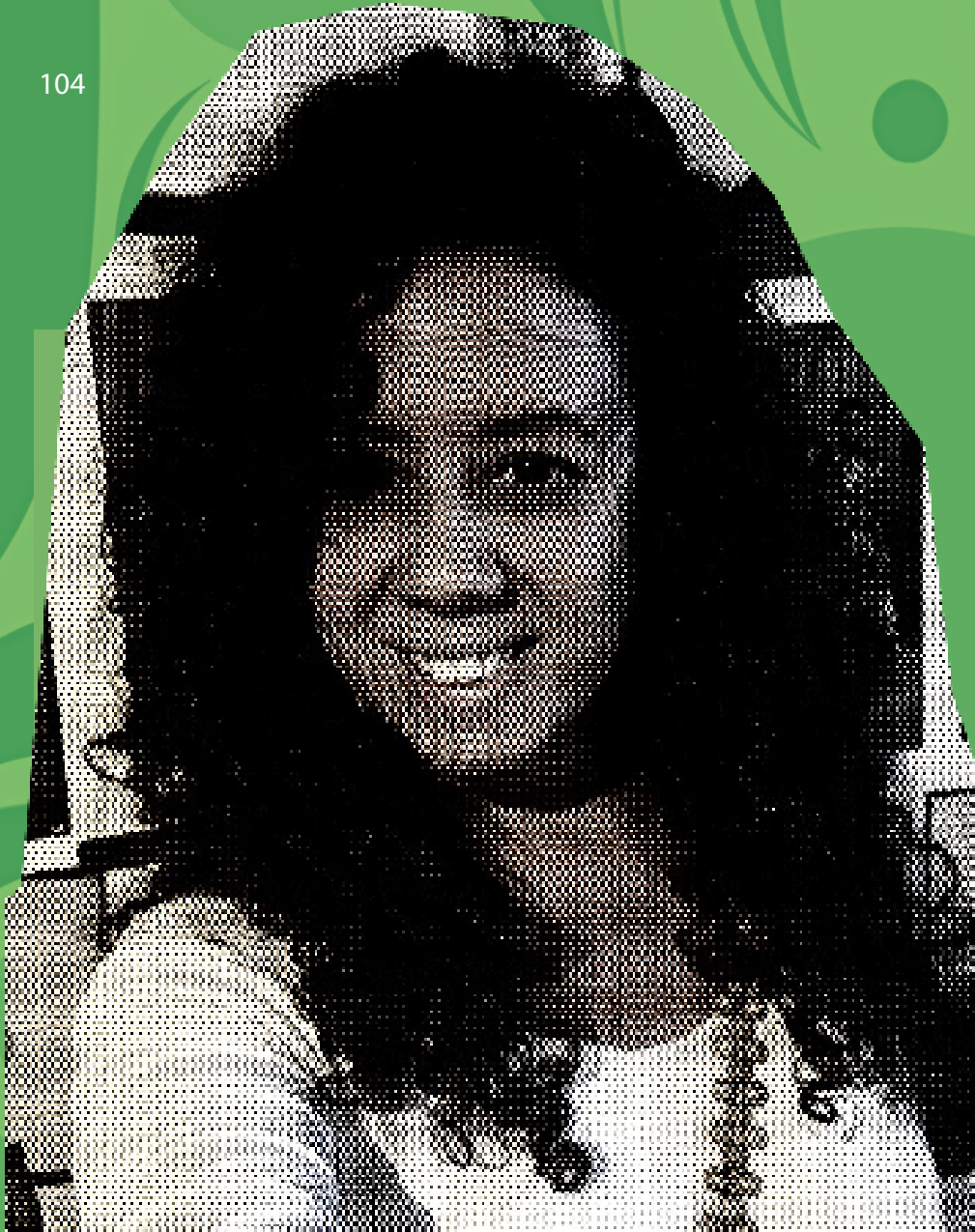
DAIANE CIRIÁCO

Eu não danço sozinha.



ROSINADJA MORATO

Ela nasceu, sonhou, estudou, acreditou e realizou.



CAMILA CARNEIRO

Reflexões sobre os desafios de uma mulher negra atuando na pauta de povos e comunidades tradicionais na Administração Pública Federal.



CAMILA GOMES, KELLY QUEIROZ E TATIANA FONSECA

Mulheres Negras no Serviço Público e o Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica no Rio de Janeiro.



CIRLEI EVANGELISTA SILVA

Ser Professora, Psicóloga, Mulher e Negra no Ensino Superior: buscando desatar os nós.



PRISCILA DOS SANTOS SALLES

Reflexões sobre minha trajetória no Serviço Público neste 25 de julho de 2024.



MYCHELLE MONTEIRO

Trajetória de uma Menina Negra até chegar à Pesquisadora em Saúde Pública da Fiocruz



PRISCILA FERLIN

Feminilidade, negritude e resiliência no serviço



LORENA ALLEYNE VANNELLE

Neguinha Faceira



JULIANA PACHECO

Entre Fios Invisíveis: Minha Jornada no Serviço Público



JANE REIS

Escrevivências de uma líder preta sobre a busca contínua de sua melhor versão



LIDERAGOV

Lideranças para transformar o Brasil

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

